



Diário Oficial de Palmas

ANO XVI
QUINTA-FEIRA
11 DE DEZEMBRO DE 2025
MUNICÍPIO DE PALMAS
ESTADO DO TOCANTINS

EDIÇÃO Nº
3.855

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO	1
CASA CIVIL DO MUNICÍPIO	12
SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO	14
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO	15
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E LICITAÇÕES	15
SECRETARIA DE MOBILIDADE, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO ...	18
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	28
SECRETARIA DE TURISMO, JUVENTUDE E ESPORTES	29
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA	29
PUBLICAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL	32
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	32

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 2.812, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a autorização para entrada forçada em imóveis fechados ou desocupados, para fins de execução de limpeza, conforme especifica.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e com fulcro na Lei nº 1.743, de 6 de agosto de 2010,

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o cumprimento da legislação municipal relativa à limpeza de terrenos e à manutenção de áreas livres de mato, entulhos e resíduos, nos termos do Código de Posturas do Município;

CONSIDERANDO que a omissão dos proprietários quanto à conservação de seus imóveis, especialmente os desocupados, contribui para proliferação de vetores de doenças, depósito irregular de resíduos e desvalorização da vizinhança;

CONSIDERANDO que diversos imóveis permanecem fechados, inacessíveis ou desocupados, fato que impede a atuação da fiscalização e a efetiva realização dos serviços de limpeza quando necessários,

DECRETA:

Art. 1º É autorizada a entrada forçada das equipes de Fiscalização de Atividades Urbanas da Secretaria Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano em imóveis fechados ou desocupados, quando houver descumprimento do dever de limpeza e manutenção de suas áreas privadas, exclusivamente para fins de execução de:

- I - roçagem de mato e/ou capina;
- II - retirada de entulhos.

§ 1º A entrada forçada somente será efetivada após o descumprimento do prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação, para que o proprietário tome as providências pertinentes, conforme previsto nos incisos do caput deste artigo.

§ 2º A entrada forçada deverá ser acompanhada de registro fotográfico e de relatório circunstanciado da situação do imóvel e da intervenção realizada, resguardando-se a inviolabilidade de domicílio assegurada na Constituição Federal.

Art. 2º O Município, quando a bem do interesse público, promoverá a execução dos serviços de limpeza previsto neste Decreto e efetuará a cobrança do proprietário do imóvel, por meio do recolhimento de preço público nos termos do art. 7º da Lei nº 1.743, de 6 de agosto de 2010.

Art. 3º O disposto neste Decreto não se aplica aos imóveis habitados ou de ocupação permanente, exceto em situações excepcionais, devidamente fundamentadas e, quando for o caso, autorizadas judicialmente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento
e Desenvolvimento Urbano

DECRETO Nº 2.813, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

Reestrutura, no âmbito da Secretaria Municipal de Ação Social e da Mulher, o Grupo de Trabalho Intersetorial (GT Auxílio Famílias), conforme específica.

O **PREFEITO DE PALMAS** no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o sistema de garantias de direito da criança e do adolescente foi instituído com a finalidade de desenvolver mecanismos para prevenir e coibir a violência, nos termos do art. 227 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

CONSIDERANDO a necessidade de analisar a possibilidade de implantação do Programa de Cuidados de Crianças, Adolescentes, Pessoas com Deficiência e Pessoas Idosas em Família Extensa no Município;

CONSIDERANDO que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, a fim de assegurar sua participação na comunidade, defender sua dignidade e bem-estar, assim como garantir-lhes o direito à vida, nos termos do art. 230 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, objetivando sua inclusão social e cidadania;

CONSIDERANDO que o art. 203, inciso IV, da Constituição Federal estabelece como um dos objetivos da seguridade social

a garantia de habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.741, de 1º de outubro 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

CONSIDERANDO as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social que prevê a centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos;

CONSIDERANDO os objetivos da assistência social nos termos do art. 2º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;

CONSIDERANDO que os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, nos termos do art. 24 da Lei nº 8.742, de 1993;

CONSIDERANDO o Ofício Interno nº 107/2025/SPE/SEMAS, da Superintendência de Proteção Social Especial (documento e-Palmas nº 00000.9.288532/2025),

DECRETA:

Art. 1º É reestruturado, no âmbito da Secretaria Municipal de Ação Social e da Mulher, o Grupo de Trabalho Intersectorial (GT Auxílio Famílias), instituído pelo Decreto nº 2.582, de 11 de outubro de 2024, com a finalidade de analisar a viabilidade de implantação do Programa de Auxílio Financeiro aos membros da família de origem natural ou extensa.

Parágrafo único. A análise de viabilidade de implantação do Programa de Auxílio Financeiro, realizada pelo GT Auxílio Famílias, estende-se também aos representantes da rede social de apoio primário, responsáveis pelos cuidados de crianças, de adolescentes, de pessoas com deficiência de pessoas idosas, atendidos pela Proteção Social Especial do Município.

Art. 2º Para fins do disposto no art. 1º deste Decreto, e em consonância com as respectivas normativas aplicáveis, o GT Auxílio Famílias atuará na prevenção:

I - do agravamento das situações de risco pessoal ou social, por violação de direitos;

II - do acolhimento institucional ou da permanência prolongada em serviço de acolhimento institucional.

Art. 3º O GT Auxílio Famílias é composto por representantes do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e de Conselhos, conforme a seguir:

I - do Poder Executivo:

a) pela Secretaria Municipal de Ação Social e da Mulher, por meio:

1. da Superintendência de Proteção Social Especial:

- 1.1. Marlucy Ramos Albuquerque Carmo, titular;
- 1.1.1. Gleuzenir Ferreira Lemos, suplente;
- 1.2. Lucas de Oliveira Borges, titular;
- 1.2.1. Dannyell Duarte dos Santos Cardoso, suplente;

2. da Superintendência de Proteção Social Básica:

- 2.1. Jaqueline Garcia, titular;
- 2.2. Erislene de Aguiar Machado Vieira, suplente;

3. da Superintendência de Administração, Finanças e Planejamento:

- 3.1. Kellen Esmeraldina de Araújo Fernandes, titular;
- 3.2. Lucas Vinícius Pereira da Silva, suplente;

4. da Assessoria Especial Jurídica, Hozayra Hølemberg Araújo Chagas Pires, titular;

b) pela Secretaria Municipal Extraordinária de Igualdade Racial e Direitos Humanos:

1. Nélío Nogueira Lopes, titular;
2. Kaio Costa e Silva, suplente;

II - pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins, por meio do Juizado Especial da Infância e Juventude de Palmas:

- a) Maria Margarete Marques Beber, titular;
- b) Cleide Leite de Sousa dos Anjos, suplente;

III - pelo Ministério Público do Estado do Tocantins:

- a) Sidney Fiori Júnior, titular;
- b) Laidy Laura Pereira de Araújo, suplente;

IV - pelo Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (Compede):

- a) Mônica Ferreira da Costa, titular;
- b) Ivamberto da Silva de Lemos, suplente;

V - pelo Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS):

- a) Selma Nascimento da Silva, titular;
- b) Jorge Issao Zensque, suplente;

VI - pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (Comdipi):

- a) Marisa Moreira da Silva dos Reis, titular;
- b) Erislene de Souza da Silva Facundo, suplente.

§ 1º As designações dos membros do GT Auxílio Famílias ocorrem mediante indicação das respectivas instituições representadas.

§ 2º A participação no GT Auxílio Famílias é considerada atividade de interesse público e não gera qualquer ônus adicional ao Município

Art. 4º Compete ao GT Auxílio Famílias:

I - analisar a possibilidade de implantação do Programa de Auxílio Financeiro;

II - minutar projeto de lei;

III - realizar diagnósticos das demandas.

Art. 5º O GT Auxílio Famílias conta com apoio técnico e administrativo da Secretaria Municipal de Ação Social e da Mulher,

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS - TOCANTINS

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

ROLF COSTA VIDAL
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município

IDERLAN SALES DE BRITO
Superintendente da Imprensa Oficial

ADSON JOSÉ HONORI DE MELO
Diretor do Diário Oficial do Município



CASA CIVIL
IMPrensa Oficial

<http://diariooficial.palmas.to.gov.br>
diariooficialpalmas@gmail.com
Av. JK - 104 Norte - Lote 28 A

Ed. Via Nobre Empresarial - 7º Andar - Palmas/TO
CEP: 77006-014 | Fone: (63) 3212-7480

órgão responsável por convocar e coordenar as reuniões e prover os meios necessários à execução das atividades do Grupo.

Art. 6º É revogado o Decreto nº 2.582, de 11 de outubro de 2024.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

Polyanna Marques Teixeira
Secretária Municipal de Ação Social e da Mulher

DECRETO Nº 2.814, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

Regulamenta o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, previsto na Lei nº 3.096, de 4 de julho de 2024, que institui o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social do Município de Palmas, conforme especifica.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Palmas,

CONSIDERANDO o disposto no art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual prevê a possibilidade de inclusão de crianças e/ou adolescentes em programas de acolhimento familiar;

CONSIDERANDO o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, que afirma que os Serviços de Famílias Acolhedoras representam uma modalidade de atendimento que objetiva a oferecer proteção integral às crianças e aos adolescentes até que seja possível a reintegração familiar;

CONSIDERANDO que o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, parte integrante da política de atendimento à criança e ao adolescente do Município de Palmas, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, bem como necessitem de proteção, instituído pela Lei nº 3.096, de 4 de julho de 2024;

CONSIDERANDO a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004);

CONSIDERANDO a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, bem como o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006);

CONSIDERANDO a Lei nº 2.432, de 20 dezembro de 2018, que dispõe sobre a organização da assistência social no âmbito do Município de Palmas,

D E C R E T A,

Art. 1º Este Decreto regulamenta o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e da Mulher, previsto na Lei nº 3.096, de 4 de julho de 2024, ofertado como modalidade de acolhimento provisório e excepcional, que prioriza a convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente afastados temporariamente de sua família de origem, por medida protetiva judicial.

Art. 2º A execução do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora deverá contar com equipe técnica multiprofissional, composta pelos profissionais previstos na Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, na Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011, e na Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014, ambas do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a saber:

I - 1 (um) Coordenador de Nível Superior;

II - 1 (um) Assistente Social;

III - 1 (um) Psicólogo;

IV - 1 (um) Assistente Administrativo;

V - 1 (um) Assistente de Serviços Gerais;

VI - 1 (um) Motorista.

§ 1º A equipe técnica atuará na seleção, na formação, no acompanhamento e na avaliação das famílias acolhedoras, bem como no acompanhamento da situação das crianças e adolescentes acolhidos, em articulação com a rede socioassistencial e demais políticas públicas setoriais.

§ 2º O Município poderá firmar parcerias com organizações da sociedade civil, conforme previsto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando a execução do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora se der por meio de contratação administrativa, observadas as normas estabelecidas nas referidas Leis, bem como os princípios da política de assistência social e os critérios de fiscalização e avaliação.

Art. 3º As famílias habilitadas para o acolhimento deverão, obrigatoriamente, participar de processo de capacitação inicial e continuada, promovido pela equipe técnica do serviço e pela gestão da Secretaria Municipal de Ação Social e da Mulher e por demais parceiros, mediante a abordagem das seguintes temáticas, entre outras correlatas ao assunto:

I - noções sobre desenvolvimento infantil e juvenil;

II - legislação pertinente, bem como:

a) Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

b) Lei Orgânica da Assistência Social (Loas);

c) Política Nacional de Assistência Social (PNAS);

III - direitos e deveres da família acolhedora;

IV - relações familiares, afetivas e vínculos temporários;

V - procedimentos em situações de crise e de emergência;

VI - aspectos éticos do acolhimento familiar.

Art. 4º A seleção das famílias acolhedoras será orientada pela compatibilidade entre o perfil da criança ou adolescente acolhido e as características da família, além de outros aspectos psicossociais, considerados também:

I - a idade;

II - o sexo;

III - as condições de saúde;

IV - a existência de irmãos.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput deste artigo, deverá ser garantida, sempre que possível, a permanência de grupos de irmãos na mesma unidade familiar acolhedora.

Art. 5º O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora manterá articulação permanente com o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Conselho Tutelar, a fim de garantir fluxo ágil e transparente de informações, observadas a proteção integral e a prioridade absoluta das crianças e dos adolescentes.

Art. 6º A equipe técnica e as famílias acolhedoras deverão respeitar os princípios da ética profissional e manter o sigilo sobre todas as informações pessoais das crianças e adolescentes acolhidos, bem como de suas famílias de origem.

§ 1º Serão produzidos relatórios técnicos mensais, contendo dados sobre o número de famílias habilitadas, número de acolhimentos realizados, reintegrações familiares, tempo médio de acolhimento, dentre outros.

§ 2º A Secretaria Municipal de Ação Social e da Mulher deverá apresentar relatório anual de prestação de contas e avaliação de desempenho do serviço ao Conselho Municipal de Assistência

Social (CMAS), a fim de cumprir a Lei nº 2.432, de 20 de dezembro de 2018, que organiza a assistência social no âmbito do Município de Palmas, especialmente quanto aos recursos e metodologias de prestação de contas na forma do parágrafo único de seu art. 5º e do inciso L do art. 18.

Art. 7º O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora deverá contar com instrumentos e procedimentos de avaliação e monitoramento sistemáticos, com base em indicadores definidos pela Secretaria Municipal de Ação Social e Mulher, em conformidade com o Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Art. 8º A execução do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora deverá articular-se com os demais equipamentos da rede socioassistencial, com os serviços de saúde, educação, cultura, esporte, segurança pública e com o sistema de garantia de direitos, com o objetivo de assegurar a proteção integral às crianças e adolescentes acolhidos.

Art. 9º As famílias interessadas em participar dos Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora demonstrarão seu interesse por meio do preenchimento de ficha de pré-inscrição para o cadastro, conforme modelo constante do Anexo I a este Decreto, disponibilizada em local ou link indicado pela Secretaria Municipal de Ação Social e da Mulher.

Parágrafo único. Após o recebimento da ficha de pré-inscrição para o cadastro pelos técnicos do serviço, deverá ser iniciado pela equipe o processo de cadastro individualizado para cada família interessada com a apresentação dos seguintes documentos:

- I - carteira de identidade;
- II - certidão de nascimento ou casamento;
- III - comprovante de residência;
- IV - certidão negativa de antecedentes criminais;

V - certidões negativas tributária municipal, estadual e federal do responsável.

VI - comprovante de conta corrente ou poupança aberta, em nome de um dos responsáveis pela família acolhedora, demonstrável por meio cópia de qualquer dos seguintes documentos:

a) contrato de abertura de conta bancária;

b) extrato atualizado da conta bancária ou de cartão de conta bancária dentro do prazo de validade;

VII - nos termos da Lei nº 3.096, de 2024, art. 7º:

a) incisos IV e V, atestado médico psiquiátrico que comprove a saúde psíquica do responsável pela guarda e demonstre a capacidade para o exercício das funções executivas referentes ao cuidado da criança e/ou adolescente acolhido;

b) incisos VI, VII e VIII, as declarações neles descritas.

Art. 10. No ato do recebimento do acolhido, a família acolhedora deverá assinar o Termo de Responsabilidade e de Compromisso e demais documentos inerentes ao acolhimento familiar, conforme modelos constantes do Anexo II a este Decreto.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput deste artigo, o processo e o acompanhamento das famílias acolhedoras ocorrerão nos termos previstos na Lei nº 3.096, de 2024.

Art. 11. O término do acolhimento familiar da criança e/ou do adolescente acontecerá conforme previsto no art. 14 da Lei nº 3.096, de 2024, mediante a elaboração de relatório conclusivo pela equipe de referência do Serviço de Acolhimento.

Art. 12. O tempo de acolhimento da criança e do adolescente acolhido pela família acolhedora será de 18 (dezoito) meses, prazo que não poderá ser ultrapassado, salvo em casos específicos, mediante decisão da autoridade judiciária, nos termos do art. 13 da Lei nº 3.096, de 2024,

Art. 13. O benefício financeiro da bolsa-auxílio será custeado mediante recursos alocados junto ao Município, com dotação orçamentária específica.

Art. 14. A concessão do benefício financeiro da bolsa-auxílio se dará em conformidade com o previsto nos §§ 1º a 6º do art. 16 da Lei nº 3.096, de 2024.

Art. 15. A equipe responsável pelo acompanhamento do acolhido e da família acolhedora, emitirá relatório mensal informativo sobre a regularidade do acolhimento, para fins de pagamento da bolsa-auxílio.

Parágrafo único. Em caso de irregularidade, constatada durante o acompanhamento, a família acolhedora deverá fazer a devolução do valor recebido no período de irregularidade, conforme disposto no art. 17 da Lei nº 3.096, de 2024

Art. 16. Compete à Secretaria Municipal de Ação Social e da Mulher avaliar e decidir os casos omissos neste Decreto.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

Polyanna Marques Teixeira
Secretária Municipal de Ação Social e da Mulher

ANEXO I AO DECRETO Nº 2.814, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

FICHA DE PRÉ INSCRIÇÃO PARA O CADASTRO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA DE PALMAS

1. Identificação

Nome do Interessado 1: _____
Data de Nascimento: ____/____/____ Estado Civil: _____
RG: _____ CPF: _____
Nome do Interessado 2: _____
Data de Nascimento: ____/____/____ Estado Civil: _____
RG: _____ CPF: _____
Filhos? () Não () Sim, Quantos? _____
Endereço: _____
Complemento: _____
Bairro: _____
Cidade e Estado: _____
Telefones: _____
E-mail: _____

2. Qual o seu interesse e/ou motivação para se tornar uma família acolhedora?

“O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) organiza o acolhimento excepcional e temporário de crianças e adolescentes afastados de sua família de origem por determinação judicial, como medida de proteção. É prestado em residências de famílias previamente selecionadas e capacitadas, com o objetivo de garantir atenção individualizada, vínculos afetivos, continuidade dos cuidados e a convivência familiar e comunitária.”

Obs: O preenchimento desta Ficha não garante aos interessados as condições definitivas de serem selecionados para ingresso no SFA.

Após o recebimento da ficha de pré-inscrição, a equipe técnica do serviço entrará em contato para confirmar a continuidade do cadastro e apresentação dos demais documentos necessários para a conclusão do processo cadastral e seletivo.

DATA: _____

CANDIDATO (A): _____

ANEXO II AO DECRETO Nº 2.814, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

TERMO DE RESPONSABILIDADE E DE COMPROMISSO PARA FINS DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 20____, na cidade e comarca de PALMAS - TOCANTINS, perante o(a) coordenador (a) do Serviço de Acolhimento Familiar, por determinação do Exmo. Senhor Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude _____ nos autos nº _____ compareceram os senhores _____ e _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, número do documento _____, profissão dela _____, número do documento _____, endereço _____, a quem a coordenação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora faz a entrega, neste ato, para fins de acolhimento familiar, nos termos dos art. 33 e seguintes da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, combinado com a Lei nº 3.096, de 4 de julho de 2024, do acolhido _____ nacionalidade _____, número da certidão de nascimento _____, data de nascimento _____, ficando os mesmos responsáveis pela criança, devendo apresentá-la em Juízo, bem como no referido Serviço, todas as vezes em que forem solicitados.

Devem, ainda, ser observadas pela família acolhedora as seguintes condições:

1. À família acolhedora incumbe todos os direitos e responsabilidades legais reservados, obrigando-se à prestação de assistência material, moral e educacional à criança e ao adolescente, conferindo ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais nos termos do art.33 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
2. Participar do processo de preparação, formação e acompanhamento por parte da equipe do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA);
3. Prestar informações sobre a situação da criança/adolescente acolhida (o) aos profissionais que estão acompanhando a situação, sempre que solicitado;
4. Contribuir na preparação da criança para futura colocação em família substituta ou retorno à família biológica, sempre sob orientação técnica dos profissionais do SFA;
5. Nos casos de inadaptação, a família procederá à desistência formal da guarda perante o Juizado da Infância e Juventude, responsabilizando-se pelos cuidados da criança ou do adolescente acolhido até novo encaminhamento, o qual será determinado pela autoridade judiciária;
6. A transferência para outra família deverá ser feita de maneira gradativa e com o devido acompanhamento.

Os signatários estão cientes, ainda, de que não terão preferência para fins de adoção da criança/adolescente acolhido. E sendo aceito o dito compromisso, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

Palmas, TO _____ de _____ de 20____.

Compromissada

Compromissado

Coordenador(a) do Serviço de Acolhimento Familiar

DECLARAÇÃO DE NÃO INTERESSE EM ADOÇÃO

Eu _____, Nacionalidade: _____, Profissão: _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, Estado Civil: _____, Bairro: _____, CEP: _____, Cidade: _____, UF: _____, pelo presente instrumento, declaro para todos os fins e conforme estabelece o Caderno de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, que não sou postulante à adoção e não estou inscrito(a) no Sistema Nacional de Adoção a que se refere o art. 50 da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como não possuo interesse em adotar.

Palmas, _____ de _____ 2025.

Assinatura do(a) declarante

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA DE TODOS OS MEMBROS DA FAMÍLIA NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA.

Eu _____, Nacionalidade: _____, Profissão: _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, Estado Civil: _____, Bairro: _____, CEP: _____, Cidade: _____, UF: _____, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei, que concordo com o ingresso no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, de acordo com o disposto neste Decreto, bem como na Lei nº 3.096 de 4 de julho de 2024, que institui o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no âmbito do Sistema Único de Assistência Social do Município de Palmas.

Integrantes que compõem o núcleo familiar:

Nome	Idade	Grau de Parentesco	Estado Civil

Palmas - TO, _____ de _____ 2025.

Assinatura do Responsável Familiar

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

Eu _____, RG: _____ CPF: _____, END: _____, ESTADO CIVIL: _____, CEL: () _____, CIDADE: _____, UF: _____

DECLARO, para os devidos fins que estou disponível para participar do processo de habilitação (Capacitações) do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, e me comprometo em estar presente em todas as etapas de formação do referido processo, conforme determina a Lei nº 3.096 de 4 de julho de 2024.

Palmas-TO, _____ / _____ DE 2025

Assinatura

TERMO DE RECUSA DO RECEBIMENTO DA BOLSA-AUXÍLIO

Eu _____, beneficiário(a) conforme a Lei nº 3.096, de 2024, pelo processo nº _____ de nacionalidade _____, portador(a) do RG nº _____ Expedida pelo _____, CPF nº _____, residente no endereço _____, Bairro _____, Cidade _____, CEP: _____, Telefones _____, Venho requerer a RECUSA do benefício da Bolsa-Auxílio em favor do(a) _____ de nacionalidade _____, portador(a) da identidade nº _____, expedida pelo _____, CPF nº _____, residente à _____, Bairro _____, Cidade _____, CEP: _____, Telefone _____, nestes termos pede deferimento.

Palmas-TO, _____ / _____ DE 2025

Assinatura do Desistente

DECRETO Nº 2.815, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

Altera o art. 1º do Decreto nº 2.511, de 21 de maio de 2024, que designa os membros para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Palmas, para o biênio 2024-2026, nas partes que especifica.

O PREFEITO DE PALMAS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 2.511, de 21 de maio de 2024, que designa os membros para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Palmas, para o biênio 2024-2026, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....

I -

a) pela Secretaria Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano:

.....

2. Robson Freitas Correa, suplente

b) pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação:

1. Paulo Cezar Monteiro da Silva, titular;
2. Joseísa Martins Vieira Furtado, suplente;

c) pelas Secretarias Executivas de Mobilidade e de Trânsito:

1. Evercino Moura dos Santos Júnior, titular;
2. Valéria Ernestina de Oliveira, suplente;

d) pela Secretaria Executiva de Planejamento Urbano;

1. Lúcio Milhomem Cavalcante Pinto, titular;
2. Paulo Borges da Silva, suplente;

.....

f) pelas Secretarias Executivas de Habitação e de Regularização Fundiária:

1. Marlen Ribeiro Rodrigues, titular;
2. Livia Angelica Siqueira de Abreu Ribeiro Querido, suplente;

.....

h) pela Secretaria Municipal da Fazenda:

1. Noelson Ferreira Campelo, titular;
2. Reinaldo Lopes Barros, suplente;

.....

.....(NR)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da publicação, retroagindo efeitos a 19 de novembro de 2025.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento
e Desenvolvimento Urbano

DECRETO Nº 2.816, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

Designa os membros da Comissão de Julgamento de Infrações (CJI), conforme especifica e adota outras providências.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições conferidas pelo art. 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º São designados para compor a Comissão de Julgamento de Infrações (CJI), conforme o Decreto nº 1.821, de 2 de dezembro de 2019, os seguintes membros:

I - pela Secretaria Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano:

a) Luís Fernando Cirqueira de Oliveira, titular;
b) Cristiano Almeida da Mota, suplente;

II - pela Agência de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos de Palmas (ARP):

a) Marcelo Wallace de Lima, titular;
b) Fábio Barbosa Chaves, suplente;

III - pela Diretoria de Regulação de Serviços Públicos da ARP:

a) Karina Perdigão Cavalcante Pessoa, titular;
b) Lucas de Castro Oliveira, suplente.

§ 1º O mandato dos membros da Comissão é de 1 (um) ano, permitida a recondução.

§ 2º Incumbe ao titular da Secretaria Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano a Presidência da CJI, nos termos do § 2º do art. 4º do Decreto nº 1.821, de 2019.

Art. 2º É revogado o Decreto nº 2.196, de 24 de maio de 2022.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

Marcelo Wallace de Lima
Presidente da Agência de Regulação, Controle e Fiscalização
de Serviços Públicos de Palmas

DECRETO Nº 2.817, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

Altera o Decreto nº 1.821, de 2 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a reestruturação da Comissão de Julgamento de Infrações, nas partes que especifica.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 1.821, de 2 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a reestruturação da Comissão de Julgamento de Infrações, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º A Comissão de Julgamento de Infrações (CJI), vinculada à Secretaria Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, tem por finalidade apreciar e julgar os autos de infração lavrados em desfavor dos prestadores dos serviços de transporte de passageiros no Município de Palmas pela fiscalização do órgão municipal competente.

.....

.....

Art. 4º

I - o Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano ou servidor da Pasta por ele indicado na condição de titular e o respectivo suplente;

.....

III - o Diretor de Regulação de Serviços Públicos da ARP na condição de titular e, como suplente, servidor por ele indicado, lotado na Pasta.

.....

§ 2º A Presidência da CJI será alternada anualmente entre os gestores da ARP e da Secretaria Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, cabendo ao órgão de trânsito o primeiro mandato.

§ 5º Os membros integrantes da CJI devem ser servidores da ARP e da Secretaria Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano e desempenhar as atividades da Comissão, sem prejuízo das demais atribuições inerentes aos cargos ou funções que ocupam. (NR)º

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento
e Desenvolvimento Urbano

Marcelo Wallace de Lima
Presidente da Agência de Regulação, Controle e Fiscalização
de Serviços Públicos de Palmas

DECRETO Nº 2.818, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

Altera o Decreto nº 2.159, de 18 de fevereiro de 2022, que homologa o Plano de Ocupação de Área Pública de que trata a Lei Complementar nº 356, de 13 de janeiro de 2016 e o Decreto nº 2.476, de 22 de janeiro de 2024, que designa membros para comporem a Comissão Permanente do Plano de Ocupação de Áreas Públicas de que trata o art. 3º do Decreto nº 2.159, de 18 de fevereiro de 2022, nas partes que especificam.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições conferidas pelo art. 71, incisos I, III, V e parágrafo único, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do art. 3º do Decreto nº 2.159, de 18 de fevereiro de 2022, que homologa o Plano de Ocupação de Área Pública de que trata a Lei Complementar nº 356, de 13 de janeiro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.3º

I - do órgão responsável pela Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano:

a) o titular da Pasta, como Presidente da Comissão;

b) 1 (um) da Secretaria Executiva de Trânsito;

c) 1 (um) da Secretaria Executiva de Planejamento Urbano;

d) 1 (um) da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano;

.....(NR)º

Art. 2º O art. 1º do Decreto nº 2.476, de 22 de janeiro de 2024, que designa membros para comporem a Comissão Permanente do Plano de Ocupação de Áreas Públicas (CPPOAP) de que trata o art. 3º do Decreto nº 2.159, de 18 de fevereiro de 2022, passa a vigorar com seguinte redação:

“Art.1º

I - Israel Henrique de Melo Sousa, Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, como Presidente;

II - como membros:

a) pelas Secretarias Executivas de Mobilidade e de Trânsito:

1. Evercino Moura dos Santos Júnior, titular;
2. Valéria Ernestina de Oliveira, suplente;

b) pela Secretaria Executiva de Planejamento Urbano:

1. Giordane Martins Silva, titular;
2. Aldrin Marcos Silva, suplente;

c) pela Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano:

1. Flávio José de Melo Moura Vale, titular;
2. Max Israel Ferreira Silva, suplente;

d) pela Fundação Municipal de Meio Ambiente de Palmas:

1. Marcelo da Gama Grison, titular;
2. Wanderson Lopes Oliveira, suplente;

e) pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo:

1. Henrique Balcewicz Nesello, titular;
2. Fredson Carneiro da Rocha, suplente;

f) pela Secretaria Municipal de Saúde:

1. Rui Ribeiro dos Santos Júnior, titular;
2. Itano Arruda Nunes Neto, suplente;

g) pela Procuradoria-Geral do Município de Palmas:

1. Rafaella Matos Souza, titular;
2. Yasmin Moura Barreto, suplente;

h) pelo Conselho de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas:

1. Silvan Marcos Portilho, titular;
2. Bruno Martins Vieira, suplente;

i) pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Palmas (CMDU):

1. Daybson Dias de Sousa, titular;
2. Regina Barbosa Lopes Cavalcante, suplente.

Parágrafo único. O Secretário Executivo de Desenvolvimento Urbano substituirá o Presidente da CPPOAP em suas ausências ou impedimentos. (NR)º

Art. 3º São revogados os incisos II, IV e VI do art. 3º do Decreto nº 2.159, de 18 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

ATO Nº 1.458 - PRO - CSS.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º É prorrogada a cessão da servidora SORAIA BARROS MORENO, matrícula 156561, Analista em Saúde: Odontólogo-20h, integrante do quadro de pessoal efetivo do Poder Executivo deste Município, para o Poder Executivo do Município de Pium do Estado do Tocantins, pelo período de 1º janeiro a 31 de dezembro de 2026, conforme Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2025, com ônus para o órgão de origem, mediante reembolso integral ao cedente, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do Instituto de Previdência Social do Município de Palmas - PreviPalmas - Tocantins, parcelas referentes às pessoas física e jurídica.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.459 - PRO - CSS.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º É prorrogada a cessão do servidor DIONE RIBEIRO DA SILVA, matrícula 413024286, Técnico em Saúde: Técnico em Enfermagem-30h, integrante do quadro de pessoal efetivo do Poder Executivo deste Município, para o Poder Executivo do Município de Pium, Estado do Tocantins, pelo período de 1º janeiro a 31 de dezembro de 2026, conforme Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2025, com ônus para o órgão de origem, mediante reembolso integral ao cedente, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do Instituto de Previdência Social do Município de Palmas - PreviPalmas - Tocantins, parcelas referentes às pessoas física e jurídica.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.460 - PRO - CSS.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º É prorrogada a cessão da servidora PAULA REGINA GALVÃO BARROS QUEIROZ, matrícula 413018438, Técnico em Saúde: Assistente de Serviços em Saúde-40h, integrante do quadro de pessoal efetivo do Poder Executivo deste Município, para o Poder Executivo do Município de Pium do Estado do Tocantins, pelo período de 1º janeiro a 31 de dezembro de 2026, conforme Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2025, com ônus para o órgão de origem, mediante reembolso integral ao cedente, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do Instituto de Previdência Social do Município de Palmas - PreviPalmas - Tocantins, parcelas referentes às pessoas física e jurídica.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.461 - PRO - CSS.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º É prorrogada a cessão de MARISTELA ALVES SOARES SEVERINO, matrícula nº 135241, Assistente Administrativo-40h, integrante do quadro de pessoal efetivo do Poder Executivo deste Município, para o Poder Legislativo do Município de Palmas, pelo período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para o órgão requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do PreviPalmas-Tocantins, parcelas referentes às pessoas física e jurídica.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.462 - CSS.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º É cedido o servidor DIEGO CAVALCANTE LOBATO, matrícula nº 305991, Agente de Manutenção-40h, integrante do quadro de pessoal efetivo do Poder Executivo deste Município, para o Poder Legislativo do Estado do Tocantins, pelo período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2026, com ônus para o órgão origem, conforme Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2024, celebrado entre as partes citadas, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do PreviPalmas - Tocantins, parcelas referentes às pessoas física e jurídica.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.463 - NM.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, incisos I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º É nomeado SAVIO SILVA SOARES no cargo de Coordenador de Sistemas de Informação em Saúde - DAS-6, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.464 - PRO - CSS.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º São prorrogadas as cessões dos servidores adiante relacionados, integrantes do quadro de pessoal efetivo do Poder Executivo deste Município, para o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, celebrado entre as partes, com ônus para o órgão requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do PreviPalmas-Tocantins, parcelas referentes às pessoas física e jurídica:

I - INGRID GRAZIANNE ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 413030316, Agente Administrativo Educacional-40h;

II - JOANA DARK DE SOUZA, matrícula nº 413017481, Professor - PI-40h;

III - LUCIANO PEREIRA DA SILVA, matrícula nº 413019532, Analista de Recursos Humanos-40h;

IV - MÁRCIA DE CARVALHO RIBEIRO, matrícula nº 413019719, Contador-40h;

V - PATRICIA GOMES TEIXEIRA, matrícula nº 131081, Assistente Administrativo-40h.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.465 - PRO - CSS.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º É prorrogada a cessão da servidora THASCIANNE DE SOUSA DINIZ, matrícula 413020901, Analista em Saúde: Enfermeiro-30h, integrante do quadro de pessoal efetivo do Poder Executivo deste Município, para o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, conforme Termo de Cooperação Técnica (Extrato nº 53, publicado no Boletim Oficial nº 3284), celebrado entre as partes, com ônus para o órgão de origem, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do PreviPalmas-Tocantins, parcelas referentes às pessoas física e jurídica.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.466 - PRO - CSS.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º É prorrogada a cessão da servidora JULIANA RAMOS BRUNO, matrícula nº 334421, Nutricionista-40h, integrante do quadro de pessoal efetivo do Poder Executivo deste Município, para o Ministério da Saúde, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, celebrado entre as partes, com ônus para o órgão de origem, mediante reembolso, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do PreviPalmas - Tocantins, parcelas referentes às pessoas física e jurídica.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.467 - PRO-CSS.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º É prorrogada a cessão do servidor FRANCISCO CARLAN DA SILVA SANTANA, matrícula nº 226571, Agente Comunitário de Saúde-40h, integrante do quadro de pessoal efetivo do Poder Executivo deste Município, para o Poder Judiciário - Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para o órgão de origem, mediante reembolso pelo requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do PreviPalmas - Tocantins, parcelas referentes às pessoas física e jurídica.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.468 - PRO - CSS.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º São prorrogadas as cessões dos servidores adiante relacionados, integrantes do quadro de pessoal efetivo do Poder Executivo deste Município, para o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pelo período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, conforme Termo de Cooperação Técnica (Extrato nº 53, publicado no Boletim Oficial nº 3284), celebrado entre as partes, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para o órgão de origem, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do PreviPalmas-Tocantins, parcelas referentes às pessoas física e jurídica:

I - GLEICY OLIVEIRA DE AQUINO, matrícula nº 413023838, Técnico em Saúde: Técnico em Enfermagem-30h;

II - EVANEIDE DE BRITO FEITOSA AGUIAR, matrícula nº 413073480, Professor de Libras-40h.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.469 - NM.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, incisos I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º É nomeada ANDREA REIS DE SOUSA no cargo de Superintendente de Conteúdo - DAS-2, na Secretaria Municipal de Comunicação, a partir de 2 de dezembro de 2025.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.470 - PRO - CSS.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º É prorrogada a cessão de MARIA DA APARECIDA VIANA OLIVEIRA, matrícula nº 413008477, Agente Administrativo Educacional-40h, integrante do quadro de pessoal efetivo do Poder Executivo deste Município, para o Poder Legislativo do Município de Palmas, pelo período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para o órgão de origem, conforme o Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2024, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do PreviPalmas-Tocantins, parcelas referentes às pessoas física e jurídica.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.471 - PRO-CSS.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º É prorrogada a cessão do servidor EGILDO DA SILVA VASCONCELOS, matrícula nº 304691, Operador de Máquinas Pesadas-40h, integrante do quadro de pessoal efetivo do Poder Executivo deste Município, para o Poder Legislativo Municipal, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para o órgão requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do PreviPalmas - Tocantins, parcelas referentes às pessoas física e jurídica.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.472 - DSG.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, incisos I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º São designados os adiante relacionados para exercerem as funções gratificadas que especifica, na Fundação Cultural de Palmas, a partir de 26 de novembro de 2025:

I - FRANCILENE COELHO CAVALCANTE GOMES, Chefe da Divisão de Apoio - Audiovisual - FG;

II - MANOEL RODRIGUES DE AMARANTE, Chefe da Divisão de Apoio Pedagógico - FG.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.473 - NM.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, incisos I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º São nomeados os adiante relacionados, nos cargos que especifica, na Procuradoria-Geral do Município, a partir de 12 de dezembro de 2025.

I - GLAUCIO HENRIQUE LUSTOSA MACIEL, Secretário Executivo Judicial - DAS-1;

II - THIAGO GONÇALVES GUIMARÃES DE AGUIAR, Procurador-Chefe da Subprocuradoria Administrativa - DAS-2.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.474 - CT.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, incisos I e VI, da Lei Orgânica do Município, e com fulcro na Lei nº 2.031, de 3 de fevereiro de 2014, Decreto nº 1.025, de 25 de maio de 2015, Processo e-Palmas nº 00000.0.077189/2025 e Parecer nº 549/2025/GAB/PGM,

RESOLVE:

Art. 1º É contratada, em caráter de excepcional interesse público, RAYANNE ALVES OLIVEIRA para exercer a função de Assistente Geral-40h, na Secretaria Municipal de Articulação Comunitária, no período de 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 12 de dezembro de 2025.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.475 - NM.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, incisos I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º É nomeado IDEBALDO PEREIRA no cargo de Gerente de Fiscalização Ambiental - DAS-5, na Fundação Municipal de Meio Ambiente de Palmas, a partir de 12 de dezembro de 2025.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.476 - CT.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, incisos I e VI, da Lei Orgânica do Município, e com fulcro na Lei nº 2.031, de 3 de fevereiro de 2014, Decreto nº 1.025, de 25 de maio de 2015, Processo e-Palmas nº 00000.0.077189/2025 e Parecer nº 549/2025/GAB/PGM,

RESOLVE:

Art. 1º São contratados, em caráter de excepcional interesse público, os adiante relacionados, na função de Assistente Geral-40h, na Fundação Cultural de Palmas, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 12 de dezembro de 2025:

ADRYANA FERNANDA BENMUYAL AIRES;
EDIMAR PEREIRA DA SILVA.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.477 - NM.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, incisos I e VI, da Lei Orgânica do Município, e com fulcro na Lei nº 2.998, de 30 de novembro de 2023,

CONSIDERANDO a decisão liminar proferida no Mandado de Segurança Cível nº 0054044-29.2025.8.27.2729/TO, que determinou a nomeação de Keila Cristina Santos de Souza, no cargo de Técnico Administrativo Educacional-40h (Monitor da Educação Infantil)/Ampla Concorrência, no concurso público para provimento de cargos efetivos do Quadro de Profissionais da Educação Básica, do Município de Palmas, conforme Edital nº 62/2024, de 19 de junho de 2024, observada a ordem de classificação dos candidatos, até o julgamento final da ação judicial;

CONSIDERANDO que ao Chefe do Poder Executivo, ao tomar conhecimento de ordem judicial, incumbe cumprir,

RESOLVE:

Art. 1º É nomeada, sub judice, KEILA CRISTINA SANTOS DE SOUZA, aprovada no Concurso Público homologado pelo Decreto nº 2.616, de 11 de dezembro de 2024, no cargo de Técnico Administrativo Educacional-40h (Monitor da Educação Infantil) Ampla Concorrência, classificação nº 373, em caráter efetivo.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.478 - NM.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, incisos I e VI, da Lei Orgânica do Município, e com fulcro na Lei nº 2.998, de 30 de novembro de 2023,

CONSIDERANDO o Acórdão proferido na Apelação Cível nº 1000486-27.2025.4.01.4300, que determinou a nomeação de Mirelle Ribeiro Araújo, no cargo de Professor do Ensino Fundamental I-40h (Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais) Pessoa com Deficiência, no concurso público para provimento de cargos efetivos do Quadro de Profissionais da Educação Básica, do Município de Palmas, conforme Edital nº 62/2024, de 19 de junho de 2024, observada a ordem de classificação dos candidatos;

CONSIDERANDO que ao Chefe do Poder Executivo, ao tomar conhecimento de ordem judicial, incumbe cumprir,

RESOLVE:

Art. 1º É nomeada, sub judice, MIRELLE RIBEIRO ARAÚJO, aprovada no Concurso Público homologado pelo Decreto nº 2.616, de 11 de dezembro de 2024, no cargo de Professor do Ensino Fundamental I-40h (Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais) Pessoa com Deficiência, classificação nº 13, em caráter efetivo.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.479 - PRO - CSS.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º São prorrogadas as cessões dos servidores adiante relacionados, integrantes do quadro de pessoal efetivo do Poder Executivo deste Município, para o Poder Executivo do Estado do Tocantins, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 1º de janeiro de 2026, conforme Acordo de Cooperação Técnica nº 52/2023, celebrado entre as partes, com ônus para o órgão requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do PreviPalmas - Tocantins, parcelas referentes às pessoas física e jurídica:

I - MARIA DE JESUS COSTA DA SILVA, matrícula nº 131971, Assistente Administrativo-40h;

II - ROGÉRIO RIOS COELHO, matrícula nº 255691, Professor Nível II-40h;

III - NELMA CECÍLIA ATAÍDES RIBEIRO SILVA, matrícula nº 413024429, Técnico em Saúde: Técnico em Enfermagem-30h.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 1.480 - PRO - CSS.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso I e VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º É prorrogada a cessão de DAVI BEZERRA MARTINS, matrícula nº 133141, Auxiliar Administrativo-40h, integrante do quadro de pessoal efetivo do Poder Executivo deste Município, para o Poder Legislativo do Município de Palmas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, com ônus para o órgão requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do PreviPalmas-Tocantins, parcelas referentes às pessoas física e jurídica.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Prefeito de Palmas

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

CASA CIVIL DO MUNICÍPIO

PORTARIA Nº 1.288, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso VI, do Decreto nº 1.594, de 19 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º É dispensado JOÃO PAULO LEITE PEREIRA JUNIOR da função gratificada de Chefe da Divisão de Apoio-Audiovisual - FG, da Fundação Cultural de Palmas, a partir de 19 de novembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

PORTARIA Nº 1.289, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 1.594, de 19 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º É exonerada ANDREA REIS DE SOUSA do cargo de Superintendente de Conteúdo - DAS-2, da Secretaria Municipal de Comunicação, a partir de 1º de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

PORTARIA Nº 1.290, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 1.594, de 19 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º É retificado o Ato nº 981-NM, de 31 de julho de 2025, publicado no Diário Oficial do Município nº 3.765, de 31 de julho de 2025, que nomeou Carlos Eduardo Medeiros Borges, quanto ao órgão de lotação, onde se lê: na Secretaria Municipal de Administração e Modernização, redistribuído na forma do art. 11 da Medida Provisória nº 6, de 18 de junho de 2025, para a Casa Civil do Município de Palmas; leia-se: na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, redistribuído na forma do art. 23 da Medida Provisória nº 10, de 14 de outubro de 2025, para a Secretaria Municipal Extraordinária de Relações Institucionais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

PORTARIA Nº 1.291, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso VI, do Decreto nº 1.594, de 19 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º São tornadas sem efeito no Ato nº 1.449-CT, de 4 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Município nº 3.850, de 4 de dezembro de 2025, as partes referente aos adiante

relacionados, na função de Assistente Geral-40h, da Fundação Cultural de Palmas:

IRISMAR RODRIGUES DE LIMA;
LUZIA RUAS MACIEL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

PORTARIA Nº 1.292, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso VI, do Decreto nº 1.594, de 19 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º São rescindidos os contratos de trabalho das servidoras adiante relacionadas, da função de Assistente Geral-40h, da Secretaria Municipal de Educação, conforme especifica:

I - ZILDIMAYRA SOUZA GOMES, a partir de 10 de novembro de 2025;

II - JOICE RIBEIRO MIRANDA, a partir de 1º de dezembro de 2025;

III - NEURA SOUSA SOARES DE OLIVEIRA, a partir de 28 de novembro de 2025;

IV - HELLEN CRISTINNY DE SOUSA MOTA, a partir de 25 de novembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

PORTARIA Nº 1.293, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 1.594, de 19 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º É designada ANA CLARA SARMENTO ROCHA, matrícula nº 413073814, Técnico Administrativo Educacional-40h (Apoio Administrativo), para a função de Coordenador Administrativo-Financeiro, na Escola Municipal Sávia Fernandes Jacome, a partir de 16 de setembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

PORTARIA Nº 1.294, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 1.594, de 19 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º São dispensadas as adiante relacionadas das funções a seguir:

I - GEANES SOUSA SANTOS matrícula nº 300261, Professor-40h, da função de Secretário-Geral, da Escola Municipal de Tempo Integral Francisca Brandão Ramalho, a partir de 5 de novembro de 2025;

II - ANNELISE MAZARELLO SILVA SOUZA HERMSDORFF, matrícula nº 413000744, Técnico Administrativo Educacional-40h, da função de Secretário-Geral, da Escola Municipal Henrique Talone, a partir de 14 de novembro de 2025;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

PORTARIA Nº 1.295, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 1.594, de 19 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º São designados os adiante relacionados para exercerem as funções de Secretário-Geral, conforme especifica, na Secretaria Municipal de Educação:

I - VALÉRIA XIMENES DA SILVA, matrícula nº 413008615, Técnico Administrativo Educacional-40h (Apoio Administrativo), na Escola Municipal de Tempo Integral Francisca Brandão Ramalho, a partir de 5 de novembro de 2025;

II - SAMIR SIRIANO BARROS, matrícula nº 413073730, Técnico Administrativo Educacional-40h (Apoio Administrativo), na Escola Municipal Henrique Talone, a partir de 14 de novembro de 2025;

III - APARECIDA FERREIRA LIMA, matrícula nº 306891, Agente Administrativo Educacional-40h, no Centro Municipal de Educação Infantil Sítio do Pica Pau Amarelo, no período de 3 de novembro de 2025 a 3 de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

PORTARIA Nº 1.296, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 1.594, de 19 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º É exonerado ROBINSON NICOLAU KIKER DEMÉTRIO do cargo de Gerente de Fiscalização Ambiental - DAS-5, da Fundação Municipal de Meio Ambiente de Palmas, a partir de 12 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

PORTARIA Nº 1.297, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 1.594, de 19 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º É exonerado GLAUCIO HENRIQUE LUSTOSA MACIEL do cargo de Procurador-Chefe da Subprocuradoria Administrativa - DAS-2, da Procuradoria-Geral do Município, a partir de 12 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

PORTARIA Nº 1.298, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 1.594, de 19 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º São retificadas no Ato nº 1.449-CT, de 4 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Município nº 3.850, de 4 de dezembro de 2025, as partes quanto aos nomes, conforme especifica:

I - onde se lê: DANIELE TITO; leia-se: DANIELA TITO PIMENTEL;

II - onde se lê: LUCELIA BORGES DA COSTA; leia-se: LUCÉLIA LEITÃO GUEDES;

III - onde se lê: LUCIENE RODRIGUES DE ALMEIDA; leia-se: LUCIENE RODRIGUES DE ALMEIDA MARTINS;

IV - onde se lê: CARLENE DA SILVA RAMOS; leia-se: CARLEANE DA SILVA RAMOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

PORTARIA Nº 1.299, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso VI, do Decreto nº 1.594, de 19 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º É tornada sem efeito no Ato nº 1.438-CT, de 27 de novembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Município nº 3.845, de 27 de novembro de 2025, a parte que contratou KARINE DA SILVA RODRIGUES para exercer a função de Assistente Geral-40h, na Secretaria Municipal de Articulação Comunitária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

DESPACHO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2025 (*)

PROCESSO PRODATA Nº: 2025009425
PROCESSO E-PALMAS Nº: 00000.0.080557/2025
INTERESSADO: CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS

À vista dos princípios que regem os procedimentos licitatórios, do processo de nº 2025009425 e NUP nº 00000.0.080557/2025, e diante do PARECER Nº 07/2025/NUSCIN-JK e PARECER Nº 575/2025/GAB/PGM, a necessidade de realizar despesa, declara-se a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com a devida justificativa, conforme Termo de Referência, e nos termos do art.74, inc. III, alínea f, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, contratação da empresa Encantador de Clientes - Palestras e Treinamentos de Desenvolvimento Empresarial LTDA, CNPJ nº 21.155.107/0001-89, para inscrição de servidores no treinamento "Felicidade do Cliente - Um Case Disney", a ser ministrado pelo professor Alexandre Espindola, especialista de referência nacional e internacional no modelo Disney de Gestão, com carga horária de 8 horas, para atender às necessidades da Casa Civil do Município, no montante

de R\$ 7.397,00 (sete mil, trezentos e noventa e sete reais), cuja despesa correrá na dotação orçamentária: 9300.04.122.8000.4460 - Manutenção das Unidades de Atendimento Integrado aos Cidadãos, elemento de despesa: 3.3.90.39 fonte: 150000009.

Palmas- TO, 10 de dezembro de 2025.

Rolf Costa Vidal
Secretário- Chefe da Casa Civil do Município de Palmas

(*) **REPUBLICADO** por ter saído no DOMP nº 3.854, de 10 de dezembro de 2025, pág. 4, com incorreção no original.

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 057/GMP/GAB/PREF, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a designação de servidores para atuarem como Gestores e Fiscais de Contrato de despesas públicas com gestão centralizada na Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito na forma que especifica.

O SECRETÁRIO-CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE DO PREFEITO no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Ato nº 858 - NM, de 18º de julho de 2025, publicado no Diário Oficial do Município de Palmas nº 3.756, de 18º de julho de 2025; pelo art. 80 da Lei Orgânica do Município, combinado com a LEI Nº 3.173, DE 8 ABRIL DE 2025.; e ainda:

CONSIDERANDO os termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, o qual determina que a Administração Pública deve designar Fiscal de Contrato para exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 2.460, publicado em 15 de dezembro de 2023, em seus Artigos nº 132 e 133, que dispõe sobre os procedimentos para a gestão e fiscalização das despesas públicas do Poder Executivo e estabelece a designação do gestor e fiscal de contrato e de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados com os encargos de Gestor e Suplente do Contrato Nº 076/2025, referente ao Processo/NUP: 00000.0.050704/2025, firmado entre o Município de Palmas, por meio da Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito e a empresa PUJANÇA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita sob o CNPJ/MF Nº 49.450.180/0001-00, que dizem respeito a aquisição de conjunto de combate a incêndio móvel veicular para pick-up, destinados às ações operacionais da Superintendência da Defesa Civil Municipal/Guarda Metropolitana de Palmas para o exercício de 2025, órgão subordinado da Secretaria do Gabinete do Prefeito.

UNIDADE	GESTORA SERVIDORES	MATRICULA
TITULAR	Emandes dos Santos Oliveira	227421
SUPLENTE	Vanderleia Vasconcelos dos Santos Duarte	1118021

Art. 2º São atribuições do Gestor de Contrato:

I - Cadastrar o termo e suas alterações no software de gestão de contratos e juntar a comprovação nos autos;

II - Providenciar a sustentação orçamentária e de empenhos para a despesa contratada;

III - Solicitar, em tempo hábil, a elaboração dos aditivos contratuais que se fizerem necessários;

IV - Providenciar o apostilamento do valor contratual, quando for o caso;

V - Receber e encaminhar para pagamento as faturas/notas fiscais/recibos, após devidamente atestadas pelo fiscal do contrato;

Art. 3º Designar os servidores abaixo relacionados com os encargos de Fiscal e Suplente do Contrato Nº 076/2025, referente ao Processo/NUP: 00000.0.050704/2025, firmado entre o Município de

Palmas, por meio da Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito e a empresa PUJANÇA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita sob o CNPJ/MF Nº 49.450.180/0001-00, que dizem respeito a aquisição de conjunto de combate a incêndio móvel veicular para pick-up, destinados às ações operacionais da Superintendência da Defesa Civil Municipal/Guarda Metropolitana de Palmas para o exercício de 2025, órgão subordinado da Secretaria do Gabinete do Prefeito.

UNIDADE GESTORA	2100 - Secretaria do Gabinete do Prefeito	
	SERVIDORES	MATRICULA
TITULAR	Arthur Mendonça Simões	413072866
SUPLENTE	Gessiane Ferreira da Silva	413072905

Art. 4º São atribuições do Fiscal de Contrato:

I - Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

II - Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

III - Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

IV - Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

V - Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

VI - Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos;

VII - Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato, o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados, se necessário, o Fiscal deverá solicitar suporte técnico, administrativo e jurídico;

VIII - Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

IX - Informar à autoridade superior qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

X - Receber o objeto contratual, provisória ou definitivamente;

XI - Atestar a realização dos serviços ou fornecimento dos bens efetivamente prestados, mediante relatório consolidado, anterior ao pagamento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas - TO, aos 10 dias do mês de dezembro de 2025.

CARLOS ANTÔNIO DA COSTA JÚNIOR
Secretário Municipal do Gabinete do Prefeito

ATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 09/2025/GMP/GAB/PREF

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PALMAS/TO, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE DO PREFEITO, com sede na ACSE 01- Av. JK Edifício Via Nobre Empresarial, Lote 28 A - 8º Andar CEP: 77.006-014, inscrita no CNPJ/MF nº 24.851.511/0014-08, neste ato representada por seu gestor o Sr. CARLOS ANTÔNIO DA COSTA JÚNIOR, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Ato nº 858 - NM, de 18º de julho de 2025, publicado no Diário Oficial do Município de Palmas nº 3.756, de 18º de julho de 2025, declaro a DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133 de 2021, formalizado nos autos do processo administrativo PROCESSO

Nº/NUP: 00000.0.050704/2025, que tem como objeto a aquisição de conjunto de combate a incêndio móvel veicular para pick-up, destinados às ações operacionais da Superintendência da Defesa Civil Municipal, adjudicando e homologando o objeto da presente dispensa de licitação em favor da empresa: PUJANÇA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita sob o CNPJ/MF Nº 49.450.180/0001-00, sendo o valor de R\$ 61.410,00 (Sessenta e um mil e quatrocentos e dez reais).

Palmas, 10/12/2025.

CARLOS ANTÔNIO DA COSTA JÚNIOR
Secretário Municipal do Gabinete do Prefeito

EXTRATO AO CONTRATO Nº 76/2025

ESPÉCIE: Termo de Contrato.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMAS - Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito, representado por CARLOS ANTÔNIO DA COSTA JÚNIOR.
CONTRATADA: Pujança Comércio e Serviços LTDA
OBJETO: Aquisição de conjunto de combate a incêndio móvel veicular para Pick - Up destinada as ações operacionais da Superintendência da Defesa Civil Municipal de Palmas-TO, para utilizar no combate a incêndio florestal e urbano.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 180 dias, contados a partir da data de assinatura.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Gestão/Unidade: 2100, Fonte de Recursos: 150000009000000 - Recursos não Vinculados de Impostos. Natureza da Despesa: - 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente. Sub Elemento da Despesa: 48 - Equipamentos e Utensílios Hidráulicos. Programa de Trabalho: 04.182.6000-4039 Realização de ações de Defesa Civil
Empenho: 32956
Valor: R\$ 61.410,00 (Sessenta e um mil quatrocentos e dez reais).
BASE LEGAL: Processo Adm. 00000.0.050704/2025, Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 8.078, de 1990; Lei Federal n. 12.527, de 2011; Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; Decreto Municipal nº 2.460/2023.
SIGNATÁRIOS: Carlos Antônio da Costa Junior - REP.
CONTRATANTE: João Pedro da Silva Pereira - REP. LEGAL CONTRATADA.
ASSINATURA DO CONTRATO: 10/12/2025.

CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

PORTARIA/GAB/CGM/Nº 80/2025, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

O CONTROLADOR - GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS, no uso de suas atribuições, conferidas por meio do art. 18 da Lei 3.173, de 8 de abril de 2025, que dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo de Palmas, combinado com o ATO Nº 1443 - NM, publicado no Diário Oficial do Município nº 3.846, de 28 dezembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Interromper o gozo de 30 (trinta) dias de férias da servidora JOSIANNE CAMPOS FEITOSA, matrícula nº 310571, ANALISTA DE CONTROLE INTERNO, relativo ao período aquisitivo 15/09/2024 a 14/09/2025, anteriormente marcados para 1/12/2025 a 30/12/2025.

Art. 2º A interrupção se faz necessária em razão da servidora estar em licença de saúde, assegurando-lhe o direito de usufruir em data oportuna e mediante acordo entre as pastas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PABLO DE MATOS LEMOS
Controlador - Geral do Município
Ato Nº 1.443 - NM

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E LICITAÇÕES

PORTARIA Nº 106, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a designação de servidores para o acompanhamento dos objetivos, dos indicadores, das metas, das ações, e da execução orçamentária do exercício de 2025, para o processo de monitoramento e avaliação do PPA 2022-2025, no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 80, incisos IV e V, da Lei Orgânica do Município de Palmas, combinado com a Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025.

CONSIDERANDO o processo de monitoramento previsto na Seção II, artigos 11 a 13 da Lei nº 2.669, de 23 de dezembro de 2021, que institui o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2022-2025 e na Seção II, e artigo 7º a 11 do Decreto nº 2.233 de 2 de agosto de 2022, que regulamenta os prazos, os critérios e orientações do Plano Plurianual (PPA 2022-2025);

RESOLVE:

Art. 1º Designar os responsáveis, um titular e um suplente, para cada objetivo, indicador, meta e ação orçamentária, que ficarão incumbidos pelo acompanhamento e cumprimento da execução desses atributos, referente ao exercício de 2025, no âmbito desta Secretaria, na forma estabelecida no Anexo Único a esta Portaria.

Art. 2º Incumbe também aos responsáveis a elaboração e emissão dos relatórios de monitoramento e avaliação referente aos resultados quanto à execução do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

André Fagundes Cheguhem
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

José Augusto Rodrigues Santos Júnior
Superintendente de Orçamento e Planejamento Estratégico

ANEXO ÚNICO A PORTARIA Nº 106, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2025

	Servidor Responsável	Matrícula	Cargo
Responsável pelo Monitoramento	Titular: Thanielly Santos de Sousa	413072651	Superintendente de Administração, Finanças e Planejamento
	Suplente: Igor Barbosa Melo	324581	Chefe da Divisão de Planejamento

Programa Temático: 8000 - Palmas da Governança e da Transformação			
Objetivo	Responsável	Matrícula	Cargo
Aprimorar a gestão administrativa dos serviços públicos e da política de desenvolvimento humano, promovendo a adoção de novas tecnologias, melhores técnicas de gestão de pessoas, primando pelo atendimento de excelência ao cidadão e incentivando a participação da sociedade na formulação e controle das políticas públicas.	Titular: José Augusto Rodrigues Santos Júnior	413072772	Superintendente de Orçamento e Planejamento Estratégico
	Suplente: Idiane Abreu Cabral	413073107	Diretora de Planejamento Estratégico

Indicador	Responsável	Matrícula	Cargo
Índice dos Instrumentos de Gestão	Titular: Idiane Abreu Cabral	413073107	Diretora de Planejamento Estratégico
	Suplente: Bianca Dias Fernandes	413074169	Diretora de Controle Orçamentário
Taxa de absenteísmo	Titular: Diego Botelho Azevedo	413019613	Secretário Executivo de Gestão de Pessoas
	Suplente: Dinay Alves Rocha	153361	Superintendente de Gestão de Pessoas
Nível de desempenho dos servidores estáveis	Titular: Diego Botelho Azevedo	413019613	Secretário Executivo de Gestão de Pessoas
	Suplente: Dinay Alves Rocha	153361	Superintendente de Gestão de Pessoas
Meta	Responsável	Matrícula	Cargo
Aprimorar os instrumentos de elaboração, monitoramento e execução do PPA, LDO e LOA	Titular: Idiane Abreu Cabral	413073107	Diretora de Planejamento Estratégico
	Suplente: Bianca Dias Fernandes	413074169	Diretora de Controle Orçamentário
Promover ações de incentivo a participação social nos processos de elaboração, execução e avaliação dos instrumentos de planejamento e orçamento.	Titular: Welma Ferreira de Melo	413019619	Gerente de Planejamento
	Suplente: Idiane Abreu Cabral	413073107	Diretora de Planejamento Estratégico

Implantar instrumentos voltados a política de desenvolvimento profissional dos servidores municipais.	Titular: Michelle Janaina Caixeta de Albernaz	413073670	Diretora de Gestão de Pessoas
	Suplente: Lidiane Aguiar Fernandes	413073885	Assistente Administrativo

Ação	Responsável	Matrícula	Cargo
1059 - Gestão do Ciclo de Planejamento e Orçamento	Titular: Idiane Abreu Cabral	413073107	Diretora de Planejamento Estratégico
	Suplente: Jucineide Silva Machado	132261	Diretoria de Apoio a Execução Orçamentária
3037 - Promoção das políticas de valorização	Titular: Michelle Janaina Caixeta de Albernaz	413073670	Diretora de Gestão de Pessoas
	Suplente: Lidiane Aguiar Fernandes	413073885	Assistente Administrativo
4046 - Gestão do patrimônio móvel e almoxarifado municipal	Titular: Antônio Carlos Barboza Junior	413072724	Superintendente de Patrimônio e Almoxarifado
	Suplente: Gabriel William Meireles Marques	413072917	Diretor de Gestão do Patrimônio e Almoxarifado
4084 - Gestão municipal da Política de RH	Titular: Michelle Janaina Caixeta de Albernaz	413073670	Diretora de Gestão de Pessoas
	Suplente: Lidiane Aguiar Fernandes	413073885	Assistente Administrativo

Objetivo	Responsável	Matrícula	Cargo
Promover o desenvolvimento técnico-científico institucional e pessoal dos servidores para progressão vertical, o ensino, a pesquisa científica-profissional e a extensão no âmbito municipal.	Titular: Diego Botelho Azevedo	413019613	Secretário Executivo de Gestão de Pessoas
	Suplente: Dinay Alves Rocha	153361	Superintendente de Gestão de Pessoas

Indicador	Responsável	Matrícula	Cargo
Índice de Eficiência das qualificações ofertadas	Titular: Thaislaine Do Nascimento Oliveira	413073265	Diretora de Capacitação e Aperfeiçoamento da Escola de Governo
	Suplente: Aylene Wildeane Silva dos Santos	413081053	Gerente de Projetos e Avaliação da Escola de Governo

Meta	Responsável	Matrícula	Cargo
Capacitar 4.000 servidores em ações de formação profissional	Titular: Lúbliana Silva Moreira Siqueira	378861	Professora
	Suplente: Aylene Wildeane Silva dos Santos	413081053	Gerente de Projetos e Avaliação da Escola de Governo
Implementar o Projeto "Viva Bem Servidor"	Titular: Lúbliana Silva Moreira Siqueira	378861	Professora
	Suplente: Aylene Wildeane Silva dos Santos	413081053	Gerente de Projetos e Avaliação da Escola de Governo
Realizar Workshops em Gestão Pública	Titular: Lúbliana Silva Moreira Siqueira	378861	Professora
	Suplente: Aylene Wildeane Silva dos Santos	413081053	Gerente de Projetos e Avaliação da Escola de Governo
Realizar concursos públicos	Titular: Michelle Janaina Caixeta de Albernaz	413073670	Diretora de Gestão de Pessoas
	Suplente: Lidiane Aguiar Fernandes	413073885	Assistente Administrativo
Realizar cursos de formação inicial (ambientação) para profissionais ingressantes nos cargos públicos	Titular: Lúbliana Silva Moreira Siqueira	378861	Professora
	Suplente: Aylene Wildeane Silva dos Santos	413081053	Gerente de Projetos e Avaliação da Escola de Governo

Ação	Responsável	Matrícula	Cargo
3114 - Realização de concurso público	Titular: Michelle Janaina Caixeta de Albernaz	413073670	Diretora de Gestão de Pessoas
	Suplente: Lidiane Aguiar Fernandes	413073885	Assistente Administrativo
4373 - Desenvolvimento Institucional pela disseminação do conhecimento	Titular: Ariana Naira Gomes de Lima	413072794	Diretora de Administração, Finanças e Planejamento
	Suplente: Maria Giulia Alexandre da Costa	413072734	Gerente de Administração e Finanças
4550 - Qualificação dos servidores municipais	Titular: Michelle Janaina Caixeta de Albernaz	413073670	Diretora de Gestão de Pessoas
	Suplente: Lidiane Aguiar Fernandes	413073885	Assistente Administrativo
Programa de Gestão: 8001- Gestão e Manutenção do Poder Executivo	Responsável	Matrícula	Cargo
	Titular: Thanieli Santos de Sousa	413072651	Superintendente de Administração, Finanças e Planejamento
	Suplente: Ariana Naira Gomes de Lima	413072794	Diretora de Administração, Finanças e Planejamento
8308 - Manutenção de recursos humanos	Titular: Marineide Santana Pereira	141601	Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas
	Suplente: Maria Giulia Alexandre da Costa	413072734	Gerente de Administração e Finanças
8408 - Manutenção dos serviços administrativos	Titular: Ariana Naira Gomes de Lima	413072794	Diretora de Administração, Finanças e Planejamento
	Suplente: Maria Giulia Alexandre da Costa	413072734	Gerente de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 107/SUPLAF/GAB/SEPLAN,
DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025**

Dispõe sobre a designação de servidores para atuarem como Fiscal de Contrato com despesas de gestão centralizada, na forma que especifica.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo ATO Nº 1.260 - NM., publicado no Diário Oficial do Município de Palmas nº 3.816, de 14 de outubro de 2025; pelo art. 80 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei nº 3.173, de 08 de abril de 2025; e ainda:

CONSIDERANDO os termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, o qual determina que a Administração Pública deve

designar Fiscal de Contrato para exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 2.460, publicado em 15 de dezembro de 2023, em seus Artigos 132 e 133, que dispõe sobre os procedimentos para a gestão e fiscalização das despesas públicas do Poder Executivo e estabelece a designação do gestor e fiscal de contrato e de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados com os encargos de Fiscal e Suplente do Contrato nº 021/2025, referente ao Processo nº 00000.0.058791/2025, firmado entre o Município de Palmas, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão e o INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CIDADES - IPGC, inscrita no CNPJ Nº 18.684.416/0001-31, cujo o objeto é a contratação de serviços técnicos especializados para elaboração de estudos e modelagem jurídica da Parceria Público-Privada (PPP) de Cidade Inteligente do município de Palmas, no Estado do Tocantins.

SERVIDORES		MATRÍCULA
TITULAR	Paulo Chianca Silva	413081804
SUPLENTE	Rebecca Victoria Pereira dos Santos	413076862
SUPLENTE	Jarede Wilvi de Sousa Queiroz	413076275

Art. 2º São atribuições do Fiscal de Contrato:

I - Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

II - Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

III - Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

IV - Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

V - Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

VI - Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos;

VII - Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato, o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados, se necessário, o Fiscal deverá solicitar suporte técnico, administrativo e jurídico;

VIII - Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

IX - Informar à autoridade superior qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

X - Receber o objeto contratual, provisória ou definitivamente;

XI - Atestar a realização dos serviços ou fornecimento dos bens efetivamente prestados, mediante relatório consolidado, anterior ao pagamento;

Art. 3º. Revoga-se a portaria nº 093/SUPLAF/GAB/SEPLAN, de 30 de outubro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Palmas nº 3.829 em 03 de novembro de 2025, para substituir as designações anteriormente realizadas, atualizando as informações referentes aos servidores responsáveis pela fiscalização do Contrato nº 021/2025.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas - TO, aos 10 dias do mês de dezembro de 2025.

ANDRÉ FAGUNDES CHEGHUEM
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão
ATO Nº 1.260 - NM.

**PORTARIA Nº 108/SUPLAF/GAB/SEPLAG,
DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025**

Dispõe sobre a designação de servidores para atuarem como Fiscal de Contrato com despesas de gestão centralizada, na forma que especifica.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo ATO Nº 1.260 - NM., publicado no Diário Oficial do Município de Palmas nº 3.816, de 14 de outubro de 2025; pelo art. 80 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei nº 3.173, de 08 de abril de 2025; e ainda:

CONSIDERANDO os termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, o qual determina que a Administração Pública deve designar Fiscal de Contrato para exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 2.460, publicado em 15 de dezembro de 2023, em seus Artigos 132 e 133, que dispõe sobre os procedimentos para a gestão e fiscalização das despesas públicas do Poder Executivo e estabelece a designação do gestor e fiscal de contrato e de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados com os encargos de Fiscal e Suplente do Contrato nº 022/2025, referente ao Processo nº 00000.0.058802/2025, firmado entre o Município de Palmas, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão e o INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CIDADES - IPGC, inscrita no CNPJ Nº 18.684.416/0001-31, cujo o objeto é a contratação de serviços técnicos especializados para elaboração de estudos e modelagem jurídica para a Parceria Público-Privada (PPP) de Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos do município de Palmas, no Estado do Tocantins.

SERVIDORES		MATRICULA
TITULAR	Paulo Chianca Silva	413081804
SUPLENTE	Rebecca Victoria Pereira dos Santos	413076862
SUPLENTE	Jarede Wilvi de Sousa Queiroz	413076275

Art. 2º São atribuições do Fiscal de Contrato:

I - Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

II - Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

III - Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

IV - Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

V - Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

VI - Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos;

VII - Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato, o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados, se necessário, o Fiscal deverá solicitar suporte técnico, administrativo e jurídico;

VIII - Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

IX - Informar à autoridade superior qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

X - Receber o objeto contratual, provisória ou definitivamente;

XI - Atestar a realização dos serviços ou fornecimento dos

bens efetivamente prestados, mediante relatório consolidado, anterior ao pagamento;

Art. 3º. Revoga-se a portaria nº 094/SUPLAF/GAB/SEPLAN, de 30 de outubro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Palmas nº 3.829 em 03 de novembro de 2025, para substituir as designações anteriormente realizadas, atualizando as informações referentes aos servidores responsáveis pela fiscalização do Contrato nº 022/2025.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas - TO, aos 10 dias do mês de dezembro de 2025.

ANDRÉ FAGUNDES CHEGHUEM
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão
ATO Nº 1.260 - NM.

**PORTARIA Nº 1057/GAB/SEPLAN,
DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025.**

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, conferidas por meio do ATO Nº 1.295 - NM, publicado no Diário Oficial do Município nº 3.820, de 20 de outubro de 2025, combinado com a Portaria nº 087/GAB/SEPLAN, de 24 de outubro de 2025, que o delega competências para a prática de atos administrativos relativos à gestão de pessoal, publicada no Diário Oficial do Município nº 3.825, de 27 de outubro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Remover, a pedido, da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Comunicação, o (a) servidor (a) RAMON FLAUBERT MACEDO DE OLIVEIRA, matrícula nº 413017562, ocupante do cargo de PROFESSOR, Código do Setor: 5600.1 e Código da Dotação Orçamentária: 5600.1.3081/5600.8316.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 08 de dezembro de 2025.

Palmas, 09 de dezembro de 2025.

DIEGO BOTELHO AZEVEDO
Secretário Executivo de Gestão de Pessoas

DINAY ALVES ROCHA
Superintendente de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº 1058/GAB/SEPLAN,
DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.**

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, conferidas por meio do ATO Nº 1.295 - NM, publicado no Diário Oficial do Município nº 3.820, de 20 de outubro de 2025, combinado com a Portaria nº 087/GAB/SEPLAN, de 24 de outubro de 2025, que o delega competências para a prática de atos administrativos relativos à gestão de pessoal, publicada no Diário Oficial do Município nº 3.825, de 27 de outubro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º INDEFERIR o pedido de Licença Prêmio por Assiduidade, a(ao) servidor(a) EUDA RODRIGUES DE AMARANTE, matrícula nº 146301, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS, com fundamentos da Lei Complementar nº 008, de 16 de novembro de 1999 e documentos constantes nos autos nº 00000.0.069298/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Palmas, 10 de dezembro de 2025.

DIEGO BOTELHO AZEVEDO
Secretário Executivo de Gestão de Pessoas

DINAY ALVES ROCHA
Superintendente de Gestão de Pessoas

**EXTRATO DO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 023/2025.**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2025007605.
PROCESSO DIGITAL NUP: 00000.0.057808/2025.
ESPÉCIE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CONTRATO Nº 023/2025.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.
CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.
OBJETO: Contratação de Pacote de Serviços dos CORREIOS, mediante adesão ao Termo de Condições Comerciais e seus anexos, para atender as necessidades de órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Palmas.
VALOR: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
RECURSOS: 1201 - Agência de Transporte Coletivo de Palmas 26.122.8001.8431; 1300 - Controladoria Geral do Município 04.122.8001.8403; 1401 - Secretaria Municipal de Turismo, Juventude e Esportes 04.122.8001.8404; 1700 - Secretaria Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal 18.122.8001.8418; 1900 - Secretaria Municipal de Zeladoria Urbano 15.122.8001.8413; 2100 - Secretaria do Gabinete do Prefeito 04.122.8001.8406; 2300 - Procuradoria Geral do Município de Palmas 03.122.8001.8407; 2500 - Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão 04.122.8001.8408; 2600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo 23.122.8001.8409; 2700 - Secretaria Municipal da Fazenda 04.122.8001.8410; 3300 - Secretaria Municipal de Agricultura e Região Metropolitana 20.122.8001.8412; 3500 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação; 15.122.8001.8413; 3700 - Secretaria Municipal de Ação Social e da Mulher 08.122.8001.8414; 5000 - Secretaria Municipal de Articulação Comunitária 04.122.8001.8406; 5600 - Secretaria Municipal de Comunicação 24.122.8001.8416; 7800 - Fundação de Meio Ambiente de Palmas 18.122.8001.8419; 9100 - Agência de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos de Palmas 04.125.5000.4008; 9300 - Casa Civil do Município de Palmas 04.122.8001.8427; 9400 - Secretaria Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano 15.122.8001.8429; 15.181.5000.4536 Natureza da Despesa: 3.3.90.39.47; Notas de Empenho: 32954; 32958; 32959; 32960; 32963; 32964; 32969; 32973; 32977; 32980; 32981; 32982; 32983; 32984; 32985; 32986; 33025; 33028; 33027. Fonte de Recurso: 15000000300000.
BASE LEGAL: Art.º 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021; da Justificativa constante nos autos sob o processo digital NUP: 00000.0.057808/2025.
VIGÊNCIA: Prazo indeterminado - Artigo 109, da Lei nº 14.133/2021.
SIGNATÁRIOS: O MUNICÍPIO DE PALMAS-TO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, doravante denominada CONTRATANTE o Sr. ANDRÉ FAGUNDES CHEGUEM, designado pelo ATO nº 1.260 NM, publicado no DOM nº 3.816 de 14 de outubro de 2025, portador do CPF nº XXX.156.680-XX, do outro lado, a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CNPJ nº 34.028.316/7883-47, empresa pública, com sede na Quadra 201 Norte, Avenida Joaquim Teotônio Segurado, s/n Conjunto 1 Lote 5 / 6 - Plano Diretor Norte, nesta capital, doravante denominada CONTRATADA, representada por LUIZ GUSTAVO BARBOSA BELAI, inscrito no CPF nº XXX.966.128-XX, RG nº XX.631.3XX-X SSP/SP e PEDRO MOACYR BARCELOS NETO, inscrita no Registro Geral nº XX612XX SSP/MS e CPF nº XXX.318.661-XX
DATA DA ASSINATURA: 09 de dezembro 2025.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 24/2025

PROCESSO: 00000.0.061755/2025.
ESPÉCIE: Termo de Convênio.
OBJETO: O convênio tem por objeto autorizar desconto mensal em folha de pagamento das contribuições associativas dos servidores associados à ASSECAD-TO e recolhimento junto à conta bancária da Associação, dos débitos oriundos: da mensalidade de 1% (um) por cento dos vencimentos; plano de saúde e plano odontológico, pelo período estipulado no Convênio, respeitados os limites legais vigentes.
BASE LEGAL: O presente Convênio tem fundamentação legal nas disposições do art. 184 e 184-A da Lei 14.133/2021; Artigo 39 da Lei Complementar nº 008/99; Decreto Municipal nº 2.713, de 4 de junho de 2025 e pelas normas regulamentadoras.
VIGÊNCIA: 36 (trinta e seis) meses com início na data da assinatura, prorrogáveis, mediante justificativa, sempre por meio de Termo Aditivo.
ASSINATURA: 10/12/2025.

SIGNATÁRIOS: MUNICÍPIO DE PALMAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 24.851.511/0001-85, com sede à 104 Norte, Av. JK Edifício Via Nobre Empresarial, Lt. 28º, Centro - Palmas, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, com sede na Quadra 502 Sul, Av. NS 02, Prédio Buriti, 2º Andar, na cidade de Palmas/TO, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 24.851.511/0019-04, neste ato representado pelo Secretário Municipal o Sr. ANDRÉ FAGUNDES CHEGUEM, nomeado pelo ATO nº 1.260-NM, publicado no DOMP nº 3.816 de 14/10/2025, portador da Matrícula Funcional nº 413019707, doravante denominado CONVENIENTE, e a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS - ASSECAD/TO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 38.137.329/0001-71, com sede na Quadra 103 Sul, Rua SO 1, nº 14, Sala 01, Plano Diretor Sul, CEP: 77.015-014, Palmas-TO, neste ato representado por seu Presidente, CLEITON LIMA PINHEIRO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 5*** SSP-TO, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.094.361-**, doravante denominado CONVENIADO.

**SECRETARIA DE MOBILIDADE,
PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO URBANO****PORTARIA N.º 376 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025. (*)**

Dispõe sobre a designação de servidora para substituição temporária de função.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MOBILIDADE, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, incisos I e IV, da Lei Orgânica do Município de Palmas, combinado a Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025, em acordo com Medida Provisória nº 10, de 14 de outubro de 2025, publicada no DOM nº 3.816 de 14 de outubro de 2025, e com o ATO Nº 1.261 - NM, publicado no Diário Oficial do Município nº 3.816 de 14 de outubro de 2025,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora GLAUCE KELLY DE SOUZA, matrícula n.º 413020620, para responder pela Superintendencia de Segurança Viária em substituição ao servidor HUGLE CARNEIRO IVO DIAS, titular do cargo, matrícula n.º 413020624, durante o período de 23 de novembro de 2025 a 22 de dezembro de 2025, em razão de seu afastamento legal por férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de novembro de 2025.

ISRAEL HENRIQUE DE MELO SOUSA
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano ATO Nº 1.261 - NM

(*) Republicada por incorreção, publicada no Diário Oficial do Município de Palmas Nº 3.835, de 11 de novembro de 2025, pág. 12.

PORTARIA 398/2025/GAB/SEMPDU

Placa:QWD-4I93
Auto de Infração: P000107471

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) RAE DA

SILVA CRUZ, CPF nº XXX702241XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 399/2025/GAB/SEMPDU

Placa:DUW-5271

Auto de Infração: P000107293

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) THIAGO DE MELO BEZERRA, CPF nº XXX848908XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 400/2025/GAB/SEMPDU

Placa:QWB-7D81

Auto de Infração:P000107815

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de

2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) LAERTE BARBOSA DA SILVA, CPF nº XXX001273XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 401/2025/GAB/SEMPDU

Placa:MWU-6A49

Auto de Infração: P000107890

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) HUGHO STEFESSON DA COSTA FERREIRA, CPF nº XXX984461XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 402/2025/GAB/SEMPDU

Placa:RSD-4H76

Auto de Infração: P000107894

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) SARA DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA, CPF nº XXX729613XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 403/2025/GAB/SEMPDU

Placa:OLK-1H67

Auto de Infração:P000107916

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) JACANA ROBERTO DA SILVA, CPF nº XXX450979XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 404/2025/GAB/SEMPDU

Placa:JVR-7812

Auto de Infração: P000107934

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) JONAS DOS SANTOS SILVA, CPF nº XXX165621XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 405/2025/GAB/SEMPDU

Placa:RMB-7J26

Auto de Infração: P000107943

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município

de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) PABLO KAIQUE SILVEIRA MORAIS, CPF nº XXX230581XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 406/2025/GAB/SEMPDU

Placa:MWR-7111
Auto de Infração:P000107951

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) PATRICIA OLIVEIRA MACIEL, CPF nº XXX005607XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 407/2025/GAB/SEMPDU

Placa:OLI-7F78
Auto de Infração:P000107956

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) LAZARO PAZ DE SOUSA, CPF nº XXX662913XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 408/2025/GAB/SEMPDU

Placa:RIM-6G99
Auto de Infração: P000107979

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) IVANILSON DE SOUSA QUEIROZ, CPF nº XXX432192XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 409/2025/GAB/SEMPDU

Placa:MWU-6A49
Auto de Infração:P000108073

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) HUGHO STEFESSON DA COSTA FERREIRA, CPF nº XXX984461XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 410/2025/GAB/SEMPDU

Placa:JVR-7812
Auto de Infração:P000108087

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) JONAS DOS SANTOS SILVA, CPF nº XXX165621XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 411/2025/GAB/SEMPDU

Placa:QZW-3G27
Auto de Infração: P000106828

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) MATEUS BEZERRA DE CASTRO, CPF nº XXX145081XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 412/2025/GAB/SEMPDU

Placa:PRU-3F77
Auto de Infração: P000107591

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) VINICIUS DOS SANTOS CIRQUEIRA, CPF nº XXX260411XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 413/2025/GAB/SEMPDU

Placa:NXY-2C64
Auto de Infração: P000107678

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de

1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) LUIZ ANTONIO DE SOUZA SANTOS, CPF nº XXX613406XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 414/2025/GAB/SEMPDU

Placa:SID-5B76
Auto de Infração:P000107812

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) JOELTON BORGES FERREIRA, CPF nº XXX688591XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 415/2025/GAB/SEMPDU

Placa:RSA-3G63
Auto de Infração:P000107813

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) FABIO OLIVEIRA NETO, CPF nº XXX841331XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 416/2025/GAB/SEMPDU

Placa:PWB-1349
Auto de Infração:P000107874

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) ADAO EVERSON MACHADO MIRANDA, CPF nºXXX507011XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido

o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 417/2025/GAB/SEMPDU

Placa:RMZ-9I48
Auto de Infração: P000106797

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) DAYANE GOMES MILHOMEM, CPF nº XXX837131XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 418/2025/GAB/SEMPDU

Placa:RBM-2I86
Auto de Infração:P000106875

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) WANDERSON DE JESUS CAETANO, CPF nº XXX481681XX, nos termos do artigo

261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 419/2025/GAB/SEMPDU

Placa:SSR-6G61
Auto de Infração: P000106883

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) TALES GONCALVES PEREIRA, CPF nº XXX537971XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 420/2025/GAB/SEMPDU

Placa:MWA-2588
Auto de Infração: P000107020

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de

1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) FRANCISCO ALBERTO TEXEIRA ALBUQUERQUE, CPF nº XXX996303XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 421/2025/GAB/SEMPDU

Placa:QKK-5419
Auto de Infração: P000107115

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS ROCHA, CPF nº XXX766781XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 422/2025/GAB/SEMPDU

Placa:DUW-5271
Auto de Infração:P000103878

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) THIAGO DE MELO BEZERRA, CPF nº XXX848908XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 423/2025/GAB/SEMPDU

Placa:SID-5B76
Auto de Infração: P000106281

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) JOELTON BORGES FERREIRA, CPF nº XXX688591XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 424/2025/GAB/SEMPDU

Placa:MVX-8G91
Auto de Infração: P000106311

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) MAURICIO RIBEIRO MORAES, CPF nº XXX920521XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 425/2025/GAB/SEMPDU

Placa:SGU-8J55
Auto de Infração: P000106418

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) JOYCE SILVA PAIVA CASTRO, CPF nº XXX780231XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 426/2025/GAB/SEMPDU

Placa:RSE-0D35
Auto de Infração:P000105618

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) LEANDRO ALVES DA SILVA, CPF nº XXX072561XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

PORTARIA 427/2025/GAB/SEMPDU

Placa:PRO-7A40
Auto de Infração:P000106231

O Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano - SEMPDU, no uso de suas atribuições

legais que lhe conferem o art. 80, IV da Lei Orgânica do Município de Palmas e com fulcro na Lei Municipal nº 3.173 de 08 de abril de 2025; no art. 24, XXII, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e no disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em especial as Resoluções nº 723, de 06 de fevereiro de 2018, e nº 844, de 09 de abril de 2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assegurados no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a CNH do(a) condutor(a) CARLOS CESAR DE SOUZA VIEIRA, CPF nº XXX784651XX, nos termos do artigo 261, II do Código de Trânsito Brasileiro, pelo período de 6 meses, a contar de 26 de novembro de 2025.

Art. 2º Dê-se ciência ao interessado, à Gerência de Sistemas e Registros Nacionais/Renach do Detran, à Gerência de Habilitação do Detran e aos Agentes de Trânsito Estaduais e Municipais para as providências cabíveis.

Art. 3º Determinar que a liberação da respectiva Carteira Nacional de Habilitação seja feita, tão somente, após ter transcorrido o período do cumprimento da suspensão aplicada e mediante apresentação de comprovação da participação em curso de reciclagem e prova escrita.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em Palmas-TO, 27 de novembro de 2025

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

PORTARIA/SEMPDU/Nº 497, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

Aprova o desmembramento da área urbana abaixo relacionada, nos termos que especifica.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MOBILIDADE, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 80, inciso I da Lei Orgânica do Município, art. 1º, inciso III, do Decreto nº 349, de 30 de dezembro de 2005, combinado com a Lei nº 468, de 6 de janeiro de 1994 e Lei Federal nº 6.766/79 e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o desdobro do Lote 05, situado à Rua MS - 22, Quadra 69 A, do loteamento Morada do Sol Setor I, com área de 300,00 m², cuja situação resultante terá a seguinte denominação: Lote 05 A, situado à Rua MS - 22, Quadra 69 A, do loteamento Morada do Sol Setor I, com área de 150,00 m² e Lote 05 B, situado à Rua MS - 22, Quadra 69 A, do loteamento Morada do Sol Setor I, com área de 150,00 m², objeto do processo nº 071874_2025, vez que o respectivo Projeto Urbanístico e seu Memorial Descritivo atendem aos requisitos da legislação em vigor.

Parágrafo único. O interessado deverá submeter o projeto ora aprovado ao registro imobiliário, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade do mesmo.

Art. 2º Esta Portaria revoga e substitui a PORTARIA/SEDUSR/N.º 392 de 24 de novembro de 2025 e PORTARIA/SEDUSR/N.º 489 de 24 de novembro de 2025, em razão de correção na nomenclatura do loteamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Israel Henrique de Melo Sousa
Secretário Municipal de Mobilidade, Planejamento e
Desenvolvimento Urbano
ATO Nº 1.261 - NM

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIDADES EDUCACIONAIS

CMEI AMÂNCIO JOSÉ DE MORAIS

PORTARIA Nº 029, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a designação de servidor para atuar como fiscal e gestor de Contrato com despesas de gestão descentralizada.

A PRESIDENTE DA ACCEI CMEI AMÂNCIO JOSÉ DE MORAES, no uso de suas atribuições, designado pelo Ato nº 87- DSG de 09 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Município Nº 3.629, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, e as Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins nº 02/2008 de 07/05/2008 e nº 001/2010 de 24/02/2010.

CONSIDERANDO os termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/21, o qual determina que a Administração Pública deve designar Fiscal de Contrato para exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 2.461, publicado em 15 de dezembro de 2023, em seu Art. 56, Art. 81, que estabelece a designação do gestor e fiscal de contrato e de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados com o encargo de Fiscal e Suplente do Contrato nº 025/2025, Processo nº 00000.0.077167/2025, firmado com a empresa Marcos Antônio Silva Carneiro - ME, inscrito no CNPJ nº 16.750.045/0001-13, cujo objeto Aquisição de Materiais e Serviços para as Práticas Pedagógicas no ano de 2025.

SERVIDOR	NOME	MATRICULA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO
TITULAR	Edilma Francellino de Moura	413018179	10/12/2025
SUPLENTE	Virginia Natanael de Santana	413018175	

Art. 2º São atribuições do Fiscal de Contrato e, na sua ausência, respondendo seu suplente por:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato;

II - Manifestar-se por escrito, em forma de relatório juntado aos autos, acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual tempestivamente, das irregularidades encontradas, das providências que determinaram os incidentes verificados e do resultado dessas medidas, bem como, informar por escrito à autoridade superior sobre ocorrências para ciência e apreciação para providências;

III - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em resposta a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

IV - Propor mediante apreciação do Gestor aplicações de sanções administrativas à contratada em virtude de inobservância ou desobediência das cláusulas contratuais e instruções e ordens da fiscalização;

V - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados, mediante relatório consolidado, para posterior pagamento;

VI - Observar a execução do Contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinado;

VII - Manifestar quanto à oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 (sessenta) dias do final da vigência.

Art. 3º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palmas-TO, 10 de dezembro de 2025

Maria Clara Da Silva
PRESIDENTE DA ACCEI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2025

PROCESSO Nº: 00000.0.077167/2025
ESPÉCIE: CONTRATO
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2025
CONTRATANTE: ACCEI CMEI AMÂNCIO JOSÉ DE MORAES
CONTRATADA: MARCOS ANTONIO SILVA CARNEIRO - ME
OBJETO: Aquisição de Materiais e Serviços para as Práticas Pedagógicas no ano de 2025.
VALOR TOTAL: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
BASE LEGAL: Nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores e Processo nº 00000.0.077167/2025
RECURSOS: Programa de Trabalho: 12.361.2000.4450 e 12.365.2000.4534; Natureza de Despesa: 33.50.30,33.50.39; Fonte: 15001001,15400000,15430000,15000000,25001001,25400000,25430000 e 25000000;
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2025
DATA DA ASSINATURA: 10 de dezembro de 2025.
SIGNATÁRIOS: ACCEI CMEI AMÂNCIO JOSÉ DE MORAES, CNPJ: 09.503.060/0001-00, por sua representante legal a Sra. Maria Clara da Silva, inscrita no CPF nº XXX.418.831-XX e portadora do RG nº X33.5XX- SSP/TO . Empresa MARCOS ANTONIO SILVA CARNEIRO - ME, inscrita no CNPJ nº 16.750.045/0001-13, por meio do seu representante legal o Senhor Marcos Antonio Silva Carneiro, inscrito no CPF nº XXX.184.853-XX e portador do RG nº MG-XX.743.7XX- SSP/MG.

CMEI SEMENTES DO AMANHÃ

PORTARIA Nº 029, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a designação de servidor para atuar como fiscal e gestor de Contrato com despesas de gestão descentralizada.

A PRESIDENTE DA ACCEI CMEI SEMENTES DO AMANHÃ, no uso de suas atribuições, designada pelo ATO Nº 87 - DSG, publicado no Diário Oficial do Município Nº 3.629 de 9 de janeiro de 2025, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14133, de 01 de abril de 2021, e as Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins nº 02/2008 de 07/05/2008 e nº 001/2010 de 24/02/2010.

CONSIDERANDO os termos do Art. 117 da Lei nº 14133/21, o qual determina que a Administração Pública deve designar Fiscal de Contrato para exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 2.461, publicado em 15 de dezembro de 2023, em seu Art. 56 e Art. 81, que estabelece a designação do gestor e fiscal de contrato e de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados com o encargo de Fiscal e Suplente do Contrato Nº 025/2025, Processo Nº 00000.0.074528/2025, firmado com a empresa FABIO ANDRÉ SOUZA DA SILVA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 34.299.748/0001-59, cujo objeto é contratação da empresa especializada na prestação dos serviços de limpeza e tratamento de piso granitina.

SERVIDOR	NOME	MATRICULA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO
TITULAR	Livia Cristina dos Santos Costa	382711	09/12/2025
SUPLENTE	Kaio Azevedo Reis	413073444	

Art. 2º São atribuições do Fiscal de Contrato e, na sua ausência, respondendo seu suplente por:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato;

II - Manifestar-se por escrito, em forma de relatório juntado aos autos, acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual tempestivamente, das irregularidades encontradas, das providências que determinaram os incidentes verificados e do resultado dessas medidas, bem como, informar por escrito à autoridade superior sobre ocorrências para ciência e apreciação para providências;

III - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em resposta a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

IV - Propor mediante apreciação do Gestor aplicações de sanções administrativas à contratada em virtude de inobservância ou desobediência das cláusulas contratuais e instruções e ordens da fiscalização;

V - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados, mediante relatório consolidado, para posterior pagamento;

VII - Observar a execução do Contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinado;

VII - Manifestar quanto à oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 (sessenta) dias do final da vigência.

Art. 3º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palmas/TO, 09 de dezembro de 2025

Cleide da Cruz Milhomem
PRESIDENTE DA ACCEI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2025

PROCESSO Nº: 00000.0.074528/2025
ESPÉCIE: CONTRATO
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO- 017/2025
CONTRATANTE: ACCEI CMEI SEMENTES DO AMANHA
CONTRATADA: FABIO ANDRÉ SOUZA DA SILVA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E TRATAMENTO DE PISO GRANITINA.
VALOR TOTAL: R\$ 17.235,40 (Dezesseite mil duzentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos)
BASE LEGAL: Nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores e processo nº 00000.0.074528/2025.
RECURSOS: Programa de Trabalho: 03.2900.12.361.2000.2732, 03.2900.12.365.2000.2722; Natureza da Despesa: 33.50.30 e 33.50.39; Fontes: 15001001, 25001001, 15400000, 25400000, 15430000, 25430000 e 15000000
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2025
DATA DA ASSINATURA: 09 de dezembro de 2025
SIGNATÁRIOS: ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE ESCOLA ACCEI CMEI- SEMENTES DO AMANHÃ, CNPJ nº 10.297.427/0001-57, por sua representante legal a Senhora Cleide da Cruz Milhomem, inscrita no CPF nº XXX.342.751-XX e portadora do RG nº XXX.610.559.274-XX via SSP/GO. Empresa: FABIO ANDRÉ SOUZA DA SILVA LTDA, inscrita no CNPJ 34.299.748/0001-59, por meio de seu representante legal o senhor FABIO ANDRÉ SOUSA DA SILVA, inscrito no CPF nº XXX.594.884-XX.

E. M. CAROLINE CAMPELO CRUZ DA SILVA

AVISO DE REVOGAÇÃO

O Presidente da ACE DA ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL CAROLINE CAMPELO CRUZ DA SILVA, no uso de suas atribuições legais, resolve TORNAR SEM EFEITO, PORTARIA Nº 023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025; publicada no Diário Oficial do Município de Palmas/TO nº 3.853, de 09 de dezembro, pág. 09.

Antônio Pinheiro Alves do Carmo
Presidente da ACE

E. M. CORA CORALINA

RESULTADO DE LICITAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025

A Comissão de contratação da Chamada Pública, da ACE da Escola Municipal de Tempo Integral Cora Coralina, torna público, para conhecimento de interessados, que ASSOCIAÇÃO UNIÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE PALMAS E REGIÃO - UNIÃO, com o valor de R\$ 29.948,80 (Vinte nove mil novecentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos) - ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES E AGROINDUSTRIAS DE PALMAS/TO - AGROP, com o valor total de R\$ 10.207,80 (Dez mil duzentos e sete reais e oitenta centavos) - ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS

PRODUTORES DE LEITE DE CABRA DE PALMAS/TO - ASCABRAS com o valor total de R\$ 43.627,50 (Quarenta e três mil seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos) foram julgadas vencedoras do Processo 00000.0.016662/2025, tendo como objeto a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar.

Palmas -TO, 10 de dezembro de 2025.

Francisca Paulo de Oliveira Costa
Agente da Comissão de Contratação da Chamada Pública

E. M. DARCY RIBEIRO

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº: 032/2024

PROCESSO Nº: 00000.0.060840/2024
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 032/2024
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
ESPÉCIE: TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL
CONTRATANTE: ACE ESCOLA MUNICIPAL DARCY RIBEIRO
CONTRATADA: CALDEIRA ENGENHARIA LTDA
OBJETO: REFORMA PARCIAL E AMPLIAÇÃO
BASE LEGAL: Nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores e processo nº 00000.0.060840/2024
SIGNATÁRIOS: ACE DA ESCOLA MUNICIPAL DARCY RIBEIRO, por sua representante legal a Srª. Maria do Socorro Fragoso Alves, inscrita no CPF nº XXX.723.931-XX e portadora do RG nº X08.2XX SSP/TO. Empresa: CALDEIRA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 44.950.300/0001-07, por meio de seu representante legal o Sr. LEANDRO CESAR RODRIGUES CALDEIRA, inscrito no CPF nº XXX.495.152-XX e portador do RG nº X.X81.9XX SSP/TO.
DATA DA ASSINATURA DA RESCISÃO: 08 de dezembro de 2025

SECRETARIA DE TURISMO, JUVENTUDE E ESPORTES

PROCESSO PRODUTA Nº: 2025009470

PROCESSO E-PALMAS: 00000.0.081169/2025
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, JUVENTUDE E ESPORTES
ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO

DESPACHO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 04/2025 - À vista dos princípios que regem os procedimentos licitatórios do processo nº 2025009470/00000.0.081169/2025, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e a devida justificativa acostada aos autos do processo, declaro a DISPENSA DE LICITAÇÃO, referente à contratação da empresa K G FERRAZ LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.460.102/0001-22, para fornecimento de recarga de gás de cozinha 13kg, no valor de R\$ 698,25 (seiscentos e noventa e oito reais, vinte e cinco centavos), correndo a presente despesa na seguinte dotação orçamentária: 14.1401.04.122.8001.8404, fonte: 150000009, natureza de despesa: 3.3.90.30, empenho nº: 33220.

Palmas/TO, 10 de dezembro de 2025.

Ana Paula Setti Nogueira
Secretária Municipal de Turismo, Juventude e Esportes

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025

Nup: 00000.0.078446/2025

A Prefeitura Municipal de Palmas, por meio da Secretaria Municipal Extraordinária da Cooperação Federativa, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 13.019/2014, Decreto 2.121/2024, Lei 11.326/2006, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023, Lei 101/2000 e a Lei Orgânica do Município, e nas condições e exigências estabelecidas neste edital, torna pública a realização de processo seletivo de candidaturas de agricultores familiares a serem contemplados com a instalação de poços artesanais nas respectivas propriedade rurais de suas propriedades.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste edital a seleção de agricultores familiares residentes no Município de Palmas, para serem contemplados com a perfuração e instalação de poços artesianos em suas respectivas propriedades rurais.

1.2. O referido programa visa promover o acesso à água potável e o fortalecimento da produção agropecuária familiar, com base no Plano Nacional de Agricultura Familiar, conforme preceitua a lei nº 11.326/2006, e nos objetivos de desenvolvimento sustentável contidos na ODS 02 e 06.

2. DO OBJETIVO

2.1. O presente edital tem como objetivo a inscrição de uma única propriedade rural por agricultor familiar, que deverá obrigatoriamente estar localizada dentro dos limites do Município de Palmas.

2.2. As propriedades inscritas deverão apresentar atividade produtiva comprovada, mediante apresentação de documentos como notas fiscais de venda de produtos agrícolas, comprovantes de comercialização em feiras locais, declaração de produção com assinatura de entidade representativa ou outros meios que a Comissão Técnica julgar pertinentes, e condições técnicas para a instalação do poço artesiano, as quais serão verificadas por equipe técnica da Secretaria Municipal Extraordinária da Cooperação Federativa ou por empresa contratada, mediante vistoria prévia ou análise de documentos técnicos específicos a serem solicitado, visando assegurar a viabilidade geológica e de acesso para os equipamentos.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições ocorrerão do dia 12 de dezembro de 2025 até o dia 26 de dezembro de 2025, exclusivamente por meio de formulário eletrônico disponível no portal da Prefeitura de Palmas: <https://sistemapocos.palmas.to.gov.br/core/formulario/inscricao/>

3.2. Os interessados deverão anexar os documentos digitalizados em formato PDF:

1. Documento de identidade e CPF.
 2. Comprovante de residência em Palmas.
 3. Título de Eleitor.
 4. Documento de propriedade, posse ou contrato de comodato.
 5. Georreferenciamento de localização da propriedade.
 6. Declaração de associação rural à qual o produtor é vinculado.
 7. Certidão negativa de débitos ambientais (Naturatins ou Ibama).
 8. Declaração de anuência da associação (para futura doação do poço).
- 3.3. As inscrições incompletas ou fora do prazo serão automaticamente indeferidas.

4. DA SELEÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO

4.1. A seleção será conduzida por Comissão Técnica designada pela Secretaria Municipal Extraordinária da Cooperação Federativa.

4.2. Serão observados os seguintes critérios de priorização:

1. Possuir propriedade no município de Palmas.
2. Propriedades sem acesso a fonte de água potável.
3. Desenvolver atividades econômicas ou de subsistência.
4. Maior número de famílias beneficiadas.
5. Regularidade ambiental da área.
6. Produção agrícola ativa e voltada ao abastecimento local.
7. Localização em comunidades rurais reconhecidas pela Prefeitura.
8. Critério social adicional: presença de mulheres, jovens rurais ou comunidades tradicionais.

Para a aplicação dos critérios de priorização, será utilizado um sistema de pontuação, conforme detalhado a seguir.

- 8.1. Propriedades sem acesso a fonte de água potável: 20 pontos.
 - 8.2. Desenvolvimento de atividades econômicas ou de subsistência: 15 pontos.
 - 8.3. Maior número de famílias beneficiadas: 15 pontos.
 - 8.4. Regularidade ambiental da área: 10 pontos.
 - 8.5. Produção agrícola ativa e voltada ao abastecimento local: 10 pontos.
 - 8.6. Localização em comunidades rurais reconhecidas pela Prefeitura (conforme Anexo V): 10 pontos.
 - 8.7. Critério social adicional: presença de mulheres, jovens rurais ou comunidades tradicionais: 10 pontos.
- 4.3. Em caso de empate, terá preferência o agricultor com maior tempo de residência na zona rural de Palmas.

5. DO RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO

5.1. O resultado preliminar será publicado no Diário Oficial do

Município e no site institucional.

5.2. O prazo para interposição de recurso administrativo será de 05 (cinco) dias úteis após a publicação do resultado preliminar, conforme estabelecido neste edital, em observância aos princípios da celeridade e eficiência administrativa.

5.2.1. O recurso administrativo deverá ser interposto exclusivamente por meio de formulário eletrônico a ser disponibilizado no portal da Prefeitura de Palmas (www.palmas.to.gov.br/chamamentos), seguindo o mesmo padrão de submissão das inscrições.

5.2.2. O recurso administrativo deverá ser devidamente fundamentado, contendo a identificação completa do recorrente, os motivos da irrisignação e, se for o caso, os documentos comprobatórios pertinentes, sob pena de não conhecimento.

5.3. A homologação final será realizada pela Secretaria Municipal Extraordinária da Cooperação Federativa e encaminhada ao Ministério da Agricultura e Pecuária, conforme o convênio vigente.

6. DO TERMO DE COLABORAÇÃO TÉCNICA

6.1. Os agricultores selecionados deverão estar vinculados a alguma associação rural com sede no município de Palmas, com a qual será firmado Acordo de Colaboração Técnica.

6.2. Após a execução das obras, a Prefeitura Municipal fará a doação formal do poço e seus equipamentos à referida associação em que o beneficiado esteja comprovadamente vinculado, mediante termo individual, acompanhado do inventário patrimonial e laudo técnico, condicionada ao cumprimento integral das obrigações estabelecidas no Acordo de Colaboração Técnica.

6.3. A associação beneficiada será responsável pela total manutenção e uso e gestão do poço por um prazo mínimo de 05 (cinco) anos.

7. DO ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

7.1. A execução do projeto será acompanhada por equipe técnica da SEMAPA, que emitirá relatórios mensais de andamento. Tais relatórios deverão conter, no mínimo, o status da perfuração/instalação, problemas encontrados, soluções propostas, cronograma atualizado, fotos e dados de georreferenciamento, e serão submetidos à Secretaria Municipal Extraordinária da Cooperação Federativa e ao Ministério da Agricultura e Pecuária, conforme prazos a serem definidos em regulamento específico.

7.2. O acompanhamento pós-implantação será realizado por até 12 (doze) meses, visando aferir a eficiência e o impacto social do investimento. Para garantir a rastreabilidade, transparência e o uso adequado dos recursos federais e municipais, será implementado um módulo de georreferenciamento e monitoramento digital dos poços, com acesso à Prefeitura Municipal de Palmas.

7.3. Os agricultores familiares e as associações beneficiadas obrigam-se a permitir o acesso da equipe técnica da SEMAPA e de outros órgãos de controle para fins de acompanhamento e monitoramento, bem como a fornecer todas as informações solicitadas.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A inscrição no presente chamamento público implica aceitação integral e irrevogável das normas deste edital.

8.2. Os casos omissos serão disciplinados pela legislação a cerca de tema.

8.3. Este edital entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município de Palmas.

Palmas - TO, 11 de dezembro de 2025.

DIOGO BORGES DE ARAÚJO COSTA

Secretário Municipal Extraordinário da Cooperação Federativa
Prefeitura Municipal de Palmas

Anexos

- Anexo I: Formulário eletrônico de inscrição (on-line).
- Anexo II: Acordo de Colaboração Técnica e Anuência da Associação.

(ANEXO I - FORMULÁRIO ELETRÔNICO)

1. DADOS DO AGRICULTOR FAMILIAR

- Nome completo: _____
- CPF: _____
- RG: _____
- Data de nascimento: // _____
- Sexo: () Masculino () Feminino () Outro
- Telefone/WhatsApp: _____
- E-mail: _____

- Endereço residencial: _____
- Zona rural: () Sim () Não
- Tempo de residência em Palmas: _____ anos

2. DADOS DA PROPRIEDADE RURAL

- Nome da propriedade / comunidade: _____
- Localização (ponto de referência): _____
- Área total (hectares): _____
- Tipo de posse: _____
- () Propriedade () Posse () Comodato () Outro:
- Produção principal: _____
- Número de famílias beneficiadas: _____
- Há acesso atual a fonte de água? () Sim () Não
- Latitude / Longitude (se disponível): _____

3. VÍNCULO ASSOCIATIVO

- Nome da Associação Rural: _____
- CNPJ da Associação: _____
- Presidente ou responsável legal: _____
- Endereço da sede: _____
- Telefone: _____

(Justificativa: o vínculo com associação é requisito essencial para posterior doação do poço, conforme o edital e a legislação de gestão de bens públicos.)

DOCUMENTOS ANEXADOS (upload obrigatório em PDF)

Documento de Identidade e CPF.

Comprovante de residência em Palmas.

CAF (ou DAP ativa).

Documento da propriedade (escritura, contrato ou termo de posse).

Croqui ou mapa de localização.

Declaração da associação.

Certidão negativa de débitos ambientais.

Declaração de anuência da associação.

(O sistema eletrônico deve exigir upload obrigatório de todos os documentos para finalizar a inscrição.)

DECLARAÇÃO DO CANDIDATO

Declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas neste formulário são verdadeiras, assumindo total responsabilidade civil, administrativa e penal por sua veracidade.

Declaro ainda estar ciente de que a omissão ou falsidade de informações implicará imediata exclusão da seleção e devolução de eventuais benefícios recebidos.

Palmas - TO, / /2025

Assinatura eletrônica:

(em caso de versão impressa, assinatura manual do proponente)

ANEXO II - TERMO DE COLABORAÇÃO Nº /2025

QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS E A ASSOCIAÇÃO RURAL PARA A GESTÃO COMUNITÁRIA DE POÇO ARTESIANO NO ÂMBITO DO PROJETO "ÁGUA NO CAMPO".

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto estabelecer colaboração entre as partes para a gestão, manutenção e uso comunitário de poço artesiano a ser perfurado e instalado pela Prefeitura Municipal de Palmas, por meio da Secretaria Municipal Extraordinária da Cooperação Federativa, no âmbito do Projeto "Água no Campo - Poços Artesianos para Agricultura Familiar de Palmas", financiado com recursos do Ministério da Agricultura e Pecuária -MAPA, com contrapartida municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS PARTES

I - O MUNICÍPIO DE PALMAS, pessoa jurídica de direito privado,

devidamente inscrito no CNPJ/MF nº 24.851.511/0019-04, com sede na Quadra 502 Sul, Avenida NS-02, Prédio Buriti, 1º Andar, nesta capital, Palmas/TO, neste ato representada por seu (a) Secretário(a) Extraordinário da Cooperação Federativa, doravante denominada COLABORADOR PÚBLICO.

II - ASSOCIAÇÃO RURAL, inscrita no CNPJ sob nº, com sede na comunidade, representada por seu(a) presidente, doravante denominada COLABORADORA COMUNITÁRIA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

I - DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS:

- Contratar a execução de serviços de perfuração, revestimento, instalação de bomba, energia e reservatório;
- Realizar o acompanhamento técnico e a entrega formal do poço com laudo de funcionamento;
- Formalizar o termo de doação do poço e equipamentos à associação;
- Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela colaboradora comunitária.

II - DA ASSOCIAÇÃO RURAL:

- Zelar pelo uso coletivo e racional da água;
- Garantir a manutenção preventiva e corretiva do sistema;
- Não permitir a comercialização ou cessão do poço a terceiros;
- Prestar contas do uso comunitário à Secretaria Municipal Extraordinária da Cooperação Federativa, sempre que solicitado;
- Assegurar o acesso aos agricultores familiares beneficiários.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo vigorará por 5 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura, podendo ser renovado mediante justificativa técnica e interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

A SEMAPA designará servidor ou engenheiro responsável pelo acompanhamento das condições de uso e funcionamento do poço, com emissão de relatórios técnicos anuais.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

A cópia integral deste termo será publicada no Diário Oficial do Município e disponibilizada no portal de transparência da Prefeitura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. É vedada a transferência, cessão ou alienação do poço e seus equipamentos antes de 5 (cinco) anos da assinatura do termo.

7.2. Eventuais casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes, observada a legislação aplicável.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Palmas - TO, / /2025

Secretário Municipal Extraordinário da Cooperação Federativa
(Colaborador Público)

Presidente da Associação Rural
(Colaborador Comunitário)

Testemunhas:

- _____
CPF: _____
- _____
CPF: _____

PUBLICAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2025 PROCESSO Nº: 2025007594 ESPÉCIE: CONTRATO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 90003/2025 CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS; CONTRATADA: ABS4 SOLUÇÕES ENGENHARIA LTDA; OBJETO: Contratação de serviços de Telefonia IP (Voz sobre IP - VoIP) com fornecimento em comodato de Central Telefônica e Link SIP-Trunk com tronco de 30 (trinta) canais de voz simultâneos, 200 aparelhos IP PoE com duas portas Gigabit e suporte a 5 contas de registro, 500 licenças de ramal IP (para expansão futura), com 200 (duzentos) números DDR sequenciais, com portabilidade dos números atualmente utilizados, com URA e relatórios online, serviço 0800 com 4 canais de entrada simultânea e tráfego ilimitado para chamadas nacionais (fixo e móvel), fornecimento de todos os equipamentos, softwares, meios de interconexão, recursos de armazenamento, licenças de uso, instalações, configurações, testes, treinamento de equipe interna, operação assistida, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva de todos esses componentes da solução e transferência, com quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$ 77.220,00 (Setenta e sete mil e duzentos e vinte reais) BASE LEGAL: Lei Nacional nº 14.133/2021; Lei Complementar 123/06; Resolução Nº 234, de 31 de outubro de 2023 da Câmara Municipal de Palmas/TO RECURSOS: orçamento próprio VIGÊNCIA: 12 (doze) meses DATA DA ASSINATURA: 10 de dezembro de 2025 SIGNATÁRIOS: CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS, por seu representante legal o Presidente Vereador Sr. Marilon Barbosa Castro. ABS4 SOLUÇÕES ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.946.071/0001-12, por meio de seu representante legal a Sra. Beatriz Ramos da Silva, inscrita no CPF nº XXX.378.531-XX.

PUBLICAÇÕES PARTICULARES

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A empresa SILVERSTONE MOTORS LTDA., CNPJ nº 22.433.277/0001-40, torna público que requereu à Fundação Municipal de Meio Ambiente de Palmas a Renovação da Licença Municipal de Operação Nº 20/2022 para a atividade comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos, comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados, serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores, comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores, com endereço na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 901 Sul, Quadra interna 10, Lotes 8, 9 e 10, Plano Diretor Sul, CEP:77.017-260, Palmas-TO. O empreendimento se enquadra nas resoluções CONAMA n.º 001/86 e 237/97, na Lei Municipal 1011/2001 e Decreto Municipal 244/2002, que dispõem sobre o licenciamento ambiental.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A senhora ADRIANE PEREIRA DE SOUSA, CPF XXX.010.891-XX, torna público que requereu à Fundação Municipal de Meio Ambiente de Palmas a Licença Ambiental para a atividade de CONSTRUÇÃO DE U PIER EM MADEIRA-, com endereço completo LOTEAMENTO SETOR AEROPORTO, SN, LOTE 10, ZONA RURAL, CEP 77001-002 - Palmas-TO. O empreendimento se enquadra na resolução CONAMA n.º 001/86 e 237/97, Lei Municipal 1011/2011 e Decreto Municipal 244/2002 que dispõe sobre o licenciamento Ambiental.

